



Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena
Bacharelado em Ciências Contábeis

O FLUXO DE CAIXA NA VISÃO DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE NO MUNICÍPIO DE JUINA - MT.

Autor: REGINA CASTRO MARTINS

Juína-MT

2009

REGINA CASTRO MARTINS

**O FLUXO DE CAIXA NA VISÃO DAS EMPRESAS DE
GRANDE PORTE NO MUNICÍPIO DE JUINA - MT.**

Monografia apresentada ao (curso de graduação/especialização em), da (Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena/Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena) como requisito parcial para obtenção do título (Bacharel em/Licenciado em/Especialista em).

ORIENTADORA: Profª Ms. Mara Luíza
Gonçalves Freitas

Juina-MT
2009

REGINA CASTRO MARTINS

**O FLUXO DE CAIXA NA VISÃO DAS EMPRESAS DE
GRANDE PORTE NO MUNICÍPIO DE JUINA - MT.**

Monografia apresentada em 21 de Julho de 2009 e aprovada pela Banca
Examinadora, constituída pelos professores:

Profª Ms. Mara Luíza Gonçalves Freitas
Orientadora – Presidente da Banca

Profª Ms. Cleiva Schaurich Mativi
Componente da Banca

Profº Cláudio Luis Lima dos Santos
Componente da Banca

Juina-MT

2009

Dedico este trabalho primeiramente ao meu esposo Amaury da Silva que com seu apoio, carinho e dedicação me incentivou em todos os momentos, até mesmo àqueles que pensei em desistir.

Aos meus pais Eduardo de Freitas Martins e Isabel Castro Martins (IN MEMÓRIA) mesmo eles não estando aqui fisicamente, mas sei que onde eles estão, eles estiveram me apoiando e me dando forças. Também dedico aos meus irmãos com todo amor e admiração pela força – coragem e perseverança que me transmitiram nas horas em que eu achava que não mais conseguiria, injetando animo e palavras de otimismo para que eu não desistisse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por ter me dado a bênção de estar concluindo o Curso de Bacharel de Ciências Contábeis e também por ter me proporcionado a vida.

Agradeço aos meus irmãos, à minha orientadora Mara Luíza Gonçalves Freitas pela atenção e paciência.

Agradeço igualmente aos professores em geral que durante o desenrolar deste curso se doaram para que pudéssemos concluí-lo.

E finalmente agradeço aos meus colegas pelo companheirismo que foi fundamental para a conclusão deste curso.

“Aquele que se enamora da prática, sem a ciência, é como um navegante que entra no navio sem Timão e sem bússola, que jamais tem a certeza de onde vai. Sempre a prática de ser justificada sobre a teoria”.

Leonardo da Vinci

RESUMO

A crescente complexidade da técnica administrativa leva os gestores a procurarem incansavelmente alternativas para superar os desafios encontrados no seu dia-a-dia. Em momento de crise o gestor necessita de informações contábeis sucinta e adequada para amparar o seu processo decisório, e o fluxo de caixa digamos que é uma representação real da composição financeira da empresa, ele é imediato podendo proporcionar ao gestor permanentemente as entradas e saídas de recursos financeiros da empresa. Neste contexto, objetivou-se em analisar se os gestores se utilizam da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) como ferramenta para as tomadas de decisões, os gestores de posse das informações geradas pelo fluxo de caixa poderá planejar e controlar as finanças da empresa, sincronizando o caixa sempre buscando o equilíbrio entre os prazos de compras e vendas. Para atendimento de tal premissa, optou-se por uma compilação de aportes teóricos que valorizassem a reflexão em torno da DFC e Fluxo de Caixa. Ao mesmo tempo, a pesquisa qualitativa possui caráter exploratório, fundada na dedução. A análise de dados demonstrou a importância da utilização das informações que são fornecidas pela contabilidade, uma vez que essas informações fazem com que as decisões a serem tomadas se tornem mais seguras. De modo geral, na visão dos entrevistados, gerentes de quatro filiais de empresas de grande porte instaladas em Juína-MT, os relatórios contábeis são essenciais para o processo decisório, embora tenha se constatado um certo desconhecimento em relação ao proposto pela Lei Nº 11638/2007, a DFC propriamente dita e aspectos técnicos em torno do fluxo de caixa. Contudo, é importante salientar que 85% dos entrevistados afirmaram que usam controles financeiros, uma vez que é impossível gerir um empreendimento sem algum tipo de ferramenta. Os relatórios atualmente utilizados e que foram identificados durante a pesquisa foram o Fluxo de Caixa, o Balanço Patrimonial, o Livro Conta Corrente. Salienta-se que as organizações são usuárias de sistemas de gerenciamento financeiro e que o serviço de contabilidade é realizado na matriz ou fora da sede.

Palavras-chaves: Contabilidade. Demonstração do Fluxo de Caixa. Empresa Grande Porte.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCOM	Associação Comercial e Empresarial de Juína
AJES	Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena
AC	Ativo Circulante
CCL	Capital Circulante Líquido
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliário
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração Lucro ou Prejuízo Acumulado
DMPL	Demonstração Mutações Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração de Origens e Aplicação de Recurso
DRE	Demonstração Resultado Exercício
DVA	Demonstração Valor Adicionado
FACAPE	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	International Financial. Report Standards - Normas Internacionais de Informações Financeiras
JUCEMAT	Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
PC	Passivo Circulante

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MODELO DO BALANÇO PATRIMONIAL _____	28
TABELA 2 – MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ____	29
TABELA 3 – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO _____	30
TABELA 4 – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO _____	32
TABELA 5 – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS_	34
TABELA 6 – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA _____	35
TABELA 7 – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO ____	48
TABELA 8 – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO ____	49

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CARACTERÍSTICAS DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE	22
QUADRO 2 – SETORES FINANCEIROS DE UMA EMPRESA.	37
QUADRO 3 – COMPOSIÇÃO DO DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	37
QUADRO 4 – OBJETIVOS DA DFC	40
QUADRO 5 – COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DA LEI 11.638/07	54

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ALGUMAS ATIVIDADES EXTRA-OPERACIONAIS _____	39
FIGURA 2 – COMPONENTES DA DFC _____	42
FIGURA 3 – ENTRADA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS _____	43
FIGURA 4 – SAÍDA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS _____	43
FIGURA 5 – ENTRADAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS _____	44
FIGURA 6 – SAÍDAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS. _____	45
FIGURA 7 – ENTRADAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS _____	46
FIGURA 8 – SAÍDAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS _____	46
FIGURA 9 – MÉTODO DIRETO VERSUS MÉTODO INDIRETO, APRESENTADO NO LADO ESQUERDO O MÉTODO DIRETO E NO LADO DIREITO O MÉTODO INDIRETO _____	47
FIGURA 10 – VANTAGENS E DESVANTAGENS DO MÉTODO INDIRETO _____	50
FIGURA 11 – VANTAGENS E DESVANTAGENS DO MÉTODO DIRETO _____	51
FIGURA 12 – TEMPO DE ATUAÇÃO NO MERCADO JUIENSE. _____	63
FIGURA 13 – CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ADQUIRIDO NO PERÍODO EM QUE A EMPRESA ESTÁ NO MERCADO _____	64
FIGURA 14 – CONTABILIDADE É REALIZADA DENTRO DA EMPRESA _____	65
FIGURA 16 – A EMPRESA POSSUI CONTROLE FINANCEIRO _____	67
FIGURA 17 – SOBRE CONHECIMENTO OU SE JÁ OUVIU FALAR SOBRE O QUE É DFC _____	68
FIGURA 19 – RELATÓRIOS FINANCEIROS QUE ESTA EMPRESA UTILIZA PARA TOMAR DECISÃO _____	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA	14
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.4 OBJETIVOS	14
1.4.1 Objetivo geral	14
1.4.2 Objetivos específicos	15
1.5 HIPÓTESES	15
1.6 JUSTIFICATIVA	15
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 CONTABILIDADE	17
2.1.1 História da contabilidade	17
2.1.2 Conceito da Contabilidade.....	19
2.1.3 Objetivo da Contabilidade	20
2.1.4 Princípios Fundamentais da Contabilidade	21
2.1.4.1 Princípio da Entidade.....	23
2.1.4.2 Princípio da Continuidade.....	23
2.1.4.3 Princípio da Oportunidade	23
2.1.4.4 Princípio do Registro pelo Valor Original	24
2.1.4.5 Princípio da Atualização Monetária	24
2.1.4.6 Princípio da Competência.....	25
2.1.4.7 Princípio da Prudência.....	26
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	26
2.2.1 Balanço Patrimonial	27
2.2.2 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	27
2.2.3 Demonstração do Resultado do Exercício	30
2.2.4 Demonstração do Valor Adicionado	31
2.2.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	31
2.2.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	33
2.3 FLUXO DE CAIXA	34
2.3.1 Conceito e Importância do Fluxo de Caixa.....	34
2.3 FLUXO DE CAIXA	35
2.3.1 Conceito e Importância do Fluxo de Caixa	35
2.3.2 Formas de Implantação do Fluxo de Caixa	36
2.3.2.1 Fluxo de Caixa Operacional.....	37
2.3.2.2 Fluxo de Caixa Extra-Operacional	38
2.3.3 A Importância da Demonstração do Fluxo de Caixa	38
2.3.4 Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa.....	40
2.3.4.1 Atividades Operacionais	41
2.3.4.2 Atividades de Investimentos	44
2.3.4.3 Atividades de Financiamentos	45
2.3.5 Formas de Apresentação da DFC.....	47
2.3.5.1 Vantagens e Desvantagens do Método Indireto	49

2.3.5.2 Vantagens e Desvantagens do Método Direto	50
2.3.6 As Principais Mudanças com a Lei Nº11638/2007	51
2.4 EMPRESAS.....	53
2.4.1 Microempresas, Pequenas Empresas e Médias Empresas	55
2.4.2 Empresa de Grande Porte	56
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	58
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	58
3.2 SELEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	58
3.3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS	59
3.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	59
3.5 PROTOCOLO DE PESQUISA	60
3.6 TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES	60
3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	61
4 ANÁLISES E RESULTADOS	62
4.1 O FLUXO DE CAIXA NA VISÃO DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE NO MUNICÍPIO DE JUINA – MT.	62
4.2 O PERFIL DAS EMPRESAS PESQUISADAS NO MUNICÍPIO DE JUINA – MT.	62
4.3 ANÁLISE DA VISÃO DOS GERENTES DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE EM RELAÇÃO À DFC, FLUXO DE CAIXA E OUTROS.	62
4.3.1 Tempo de atuação no mercado de trabalho.....	62
4.3.2 Crescimento e desenvolvimento adquirido no período em que a empresa está no mercado.....	63
4.3.3 Contabilidade é realizada dentro da empresa.....	64
4.3.4 Conhecimento sobre as ferramentas que a contabilidade fornece aos seus usuários.....	66
4.3.5 A empresa possui controle financeiro.	67
4.3.6 Sobre conhecimento ou se já ouviu falar sobre o que é Demonstração de Fluxo de caixa – DFC.....	68
4.3.7 Considera o fluxo de caixa importante para a tomada de decisão	69
4.3.8 Relatórios financeiros que esta empresa utiliza para tomar decisão.....	70
4.3.9 Relevância da Demonstração do Fluxo de Caixa para a correta gestão financeira e contábil da empresa e aspectos gerais sobre estruturação do setor financeiro da empresa.....	71
4.3.10 Periodicidade na análise do fluxo de caixa para a organização, bem como conhecimento em torno da Lei nº 11.638/2007.	71
4.3.11 Conhecimento em torno do fluxo de caixa operacional e extra-operacional, captação de recursos e uso de capital de giro de reserva.....	72
4.3.12 Guisa ao fechamento: análise das informações, à luz do referencial teórico.	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
7 APÊNDICE.....	84
APÊNDICE A.....	85

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A economia do mundo atual enfrenta uma situação única na história, com participação forte de países pobres. Se olharmos além do Atlântico, então, o globo como um todo vem se expandindo mais rapidamente nos últimos anos do que em qualquer momento desde os anos 60, sendo que no final da década de 60 iniciou-se um período de grande crescimento econômico e de aumento sem antecedentes do endividamento externo, conhecido como “milagre econômico”.

O objetivo principal de uma empresa é proporcionar um atendimento diferenciado e com qualidade e com implantação de um controle rígido dos gastos entra em ação como forma de equilibrar as despesas da mesma. Uma vez inserida na organização uma contabilidade adequada, resultará em vantagens para gestão da empresa, os relatórios refletirão as necessidades dos gestores, que, conseqüentemente, compreenderão melhor o que cada relatório demonstra, as tomadas de decisões tem a tendência de serem mais ágeis e seguras, os planejamentos estratégicos futuros se beneficiarão das informações contidas nesses relatórios. Enfim, o gestor terá uma visão mais detalhada da situação real da empresa que administra, e sobretudo, compreenderá melhor os seus resultados, devendo estar preparado para eventuais surpresas do mercado competitivo. Por isso é importante que ele esteja disposto a facilitar a inserção da Demonstração do fluxo de Caixa (DFC) no processo de gestão de sua empresa.

Para Zdanowicz (1992, p.33), “o fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que são realizadas pela empresa”, neste sentido possibilita melhores análises e decisões quando à aplicação dos recursos financeiros que a empresa dispõe.

Este trabalho tem como objetivo analisar a utilidade da informação obtida pela Demonstração do Fluxo de Caixa para a tomada de decisão. Tem-se então desta forma justificar ou não a adoção deste relatório pelas empresas. Para isso será apresentada inicialmente uma visão geral do que é este relatório e qual o seu objetivo. A idéia de se fazer um trabalho voltado para a Demonstração do Fluxo de

Caixa, foi o fascínio e a vontade de saber mais a respeito desta Demonstração.

1.2 Delimitação do tema

O presente trabalho focará apenas a análise da visão dos gerentes/diretores das empresas de grande porte do município de Juína, à respeito da Demonstração do Fluxo de Caixa. Dessa maneira, busca-se avaliar a importância e vantagens da utilização da DFC para o crescimento das grandes empresas, na visão dos entrevistados.

1.3 Problema de pesquisa

Com a introdução da Lei Nº11.638/2007, que alterou alguns dispositivos da Lei Nº 6.404/1976, a Demonstração do Fluxo de Caixa passou a ser obrigatória, assumindo importante papel no rol das demonstrações contábeis. Contudo, como a difusão dessa informação está acontecendo no âmbito das empresas? Será que o empresário e ou responsável pela área financeira da organização tem amplo conhecimento sobre o que é o fluxo de caixa e respectivamente a DFC? Como está o uso das informações contábeis, obtidas através da DFC no processo de tomada de decisão da organização?

Ante estas inúmeras questões, verifica-se a importância da observação da percepção de gestores de algumas empresas de grande porte, situadas em Juína em relação ao uso da DFC e do fluxo de caixa propriamente dito. Nesse sentido, espera-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a visão dos gestores de algumas empresas de grande porte instaladas no município de Juína, em relação ao uso e aplicabilidade da DFC e do fluxo de caixa propriamente dito no processo de gestão financeira e contábil das organizações?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Verificar qual a visão dos gestores de algumas empresas de grande porte instaladas no município de Juína, em relação ao uso e aplicabilidade da DFC e do fluxo de caixa propriamente dito, no processo de gestão financeira e contábil das organizações as quais representam.

1.4.2 Objetivos específicos

Pretende-se com a pesquisa:

1. Apresentar os dois tipos de elaboração da DFC pelo método direto e método indireto;
2. Demonstrar a importância do instrumento gerencial do fluxo de caixa.
3. Evidenciar a capacidade da DFC de auxiliar os administradores no processo de tomada de decisão;
4. Verificar se os administradores possuem conhecimentos e utilizam a DFC como base para a tomada de decisão.

1.5 Hipóteses

H1 – Na visão dos gestores de algumas empresas de grande porte instaladas em Juína, a DFC e o Fluxo de Caixa, são úteis e são aplicáveis no contexto do processo de gestão financeira e contábil das organizações.

H2 – Na visão dos gestores de algumas empresas de grande porte instaladas em Juína, a DFC e o Fluxo de Caixa, não são úteis e não são aplicáveis no contexto do processo de gestão financeira e contábil das organizações.

1.6 Justificativa

A escolha deste tema decorreu do fato da pesquisadora atuar na área financeira de uma empresa de grande porte instalada em Juína-MT e também por se tratar de uma frente de conhecimento que gerou fascínio pelo alto nível de eficiência no processo gerencial da organização, uma vez que através da DFC é possível

realizar uma projeção dos gastos futuros, sendo um instrumento útil para a tomada de decisão com menor risco gerencial.

Além disso, a pesquisa oferecerá o campo necessário para que a autora se aprofunde mais sobre a temática da DFC, aprimorando sua atuação como profissional contábil.

1.7 Estrutura do trabalho

O presente estudo está organizado em quatro seções específicas. Na primeira seção, apresenta-se um breve relato sobre a história da contabilidade seu conceito, objetivos e princípios fundamentais de contabilidade. Já na segunda seção, apresenta-se um breve relato sobre a história da contabilidade, seu conceito, objetivos e princípios fundamentais. Na sequência temos as Demonstrações Contábeis, seus conceitos e estruturas. Apresenta-se também na segunda seção a Demonstração do Fluxo de Caixa, formas de implantação, importância, contribuição, os métodos diretos e indiretos, suas vantagens e desvantagens, as principais mudanças da Lei Nº 11.638/07, e sobre as empresas, conceito, formas e classificação. Na terceira seção mostra-se a metodologia de pesquisa, com técnicas e métodos utilizados para a realização desta pesquisa. Finalizando, tem-se na quarta seção a apresentação da pesquisa de campo com as análises das informações e comentários sobre as respostas dos administradores. E por último, as considerações finais, serão apresentadas as considerações sobre o estudo e as recomendações pertinentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

2.1.1 História da contabilidade

A história da contabilidade é antiga, esta relacionada às primeiras pessoas com necessidade social e posses, precisando sim de alguma ferramenta para lhes ajudar a interpretação dos fatos ocorridos.

Segundo Ludícibus (2006, p.34), o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade.

O homem deixou a caça e foi à procura dos seus direitos na agricultura, onde cada um criava sua própria riqueza. Sendo assim quando um pai morria deixava a herança (patrimônio¹) a seus filhos.

Inicialmente os registros eram feitos com pedrinhas que o pastor contava como ovelhas. Para proteger seu rebanho, o pastor as levava para os abrigos, protegendo-se do frio e procedia a contagem: para cada ovelha, uma pedrinha. Ao final do inverno ele às levava de volta para o campo. O pastor percebia que haviam mais ovelhas do que da última contagem, então ele fazia uma nova contagem e comparava as pedrinhas, percebendo que o resultado havia sido positivo, haviam mais ovelhas do que da última contagem, ou seja obteve lucro. Se houvesse um numero menor de pedrinhas, ele teria prejuízo. Além de contabilizar as ovelhas, o pastor contabilizava a lã, pois era uma moeda de troca. Como ele não usaria toda a lã para agasalhar a sua família, poderia trocá-la por instrumentos de caça e pesca.

O homem utilizou outras formas de registros ainda mais primitivos no início das civilizações quantificando e qualificando objetos. Esses registros podem ser considerados como as mais antigas manifestações do pensamento humano. Sá (1997, p. 20) nos relata que:

¹ **Patrimônio** é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma empresa. (RIBEIRO, 1999, p.18).

Em pinturas líticas, em gravações em ossos de rena, foram encontrados muitos registros que identificam o elemento patrimonial (geralmente animais), construindo-se algumas em desenhos e traços identificadores de quantidades de outras apenas de sulcos ou traços, sem a identificação do objeto.

O homem utilizava as ferramentas que ele possuía para controlar suas atividades, no início fazia desenhos e gravações que simbolizavam seus bens e, também, onde relatava suas atividades, como se estivesse escrevendo e contando a sua história. Conforme foi evoluindo, passou a se organizar e tornar seus registros mais compreensíveis, como o pastor que contabilizava suas ovelhas com pedrinhas. Podemos dizer que o homem evoluiu seu conhecimento e passou a se organizar de maneira mais simples.

De acordo com Ludícibus (2006, p. 35), a contabilidade teve evolução relativamente lenta até o aparecimento da moeda. Na época da troca pura e simples de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros, porém, obviamente, tratava-se de um mero elenco de inventário físico, sem avaliação monetária.

A contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio. A atividade de troca e venda dos comerciantes era acompanhado, avaliado, e eram feitos simples registros ou relatórios sobre o fato. O inventário² se destacou, pois ajudava no controle dos bens, usando métodos de classificação segundo sua natureza e utilizando a palavra “Conta³”.

Naquele tempo não havia crédito, todas negociações eram feitas à vista, eram usadas ramos de árvores marcados como prova de pagamento e seus registros eram feitos através de tábuas ou fichas de barros, lançando assim suas receitas e despesas.

No final do século XIII, surgiu a conta “Capital”, mostrando os recursos aplicados pelo proprietário na sua empresa. Ainda na Itália, foi necessário criar o Livro da Contabilidade de Custos, para utilizar o método das partidas dobradas. Após ter ocorrido vários acontecimentos no ano de 1453 à 1517, a contabilidade

² **Inventário** é uma lista de bens disponível em estoque para venda no processo normal de um negócio, ou a serem utilizados na fabricação de produtos comercializados pela empresa. (RIBEIRO, 1999, p.101).

³ **Contas:** é o nome técnico dado aos componentes patrimoniais (Bens, Direitos, Obrigação e Patrimônio Líquido) e aos elementos de resultado de resultado (Despesa ou Receita). (RIBEIRO, 1999, p.22).

tornou-se uma necessidade para se ter controle e administrar as inúmeras riquezas que o Brasil representava.

A contribuição dos comerciantes italianos no século XIII, foi de grande valia na introdução da técnica contábil foi introduzida nos negócios privados.

No século XV, foi o início da fase moderna da Contabilidade, prestigiada pela obra de Frei Luca Pacioli, contemporâneo de Leonardo da Vinci.

Alguns teóricos afirmam que a contabilidade surgiu a 4.000 a.C. e seu principal usuário era o proprietário. De acordo com Tinoco (2001, p.19) ele nos relata:

Segundo historiadores, remontam a 4.000 a.C. os primeiros registros contábeis que se tem notícia. Determinado pastor quando queria saber o numero de cabeças de seu rebanho, procedia a uma contagem física e essa informação era suficiente para os seus objetivos, de ter conhecimento do eu possuía.

O proprietário realizava sua contagem periodicamente e, para ele, essas informações eram suficientes para o seu controle. Não existiam aí métodos contábeis, tampouco períodos estabelecidos para tais apurações.

Quando passou a viver em tribos, o homem construiu moradias, surgindo à noção de família. Conforme foi se adaptando, aprimorou outras atividades com a noção de propriedade, de produção e de troca, surgindo aí o sentimento de competição.

Desta maneira surgiu a contabilidade, coletando, armazenando e processando as informações das atividades do homem e podemos defini-la, segundo Padoveze (2000, p. 35), como “o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade”.

A contabilidade se aprimorou, ou seja, evoluiu para atender as necessidades do homem de controlar o seu patrimônio e as atividades do dia-a-dia, estabelecendo assim a prosperidade e continuação de suas atividades e a geração do lucro.

2.1.2 Conceito da Contabilidade

A contabilidade tem papel fundamental para os seus usuários, pois é através dela que verificamos os fenômenos que ocorre no patrimônio das entidades.

Conforme Franco (1997, p.21), Contabilidade é:

A ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e

a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, sua variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

A contabilidade serve como ferramenta para o gerenciamento do crescimento do patrimônio da empresa, sendo muito útil, para a prestação de contas entre sócios, ou para responsáveis pela arrecadação dos tributos de uma determinada região.

Já para Marion (1998, p. 24), a contabilidade é:

O instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa.

A contabilidade é um instrumento que em forma de relatórios fornece dados aos interessados sobre a situação financeira da empresa, auxiliando assim nas tomadas de decisões.

Podemos então dizer, que a contabilidade é um sistema de informações e avaliação, para ajudar com demonstrações e análises econômicas e financeiras, de acordo com fatos e atos ocorridos pela empresa.

2.1.3 Objetivo da Contabilidade

A contabilidade tem como principal objetivo fornecer informações contábeis detalhadas do patrimônio das empresas, mostrando as mudanças que ocorreram e seus motivos, sendo clara e objetiva para o entendimento de usuários internos ou externos, sócios, funcionários, fornecedores e outros. No entanto, sua principal finalidade ainda permanece, que de acordo com Ludícibus (2000, p.20), diz respeito à “finalidade de prover aos usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões”.

Todavia, a Contabilidade já não é só considerada como mero instrumento decisório, mas como informações que possam ser vistas e entendidas internacionalmente. Assim com a aprovação da Lei N° 11.638/2007 é que de fato se consagrou a convergência, de forma que a divulgação das demonstrações contábeis seja padronizada, em linguagem específica e fácil, dentro de uma estrutura transparente direcionada aos interessados.

Conforme Iudícibus (2000, p.19), comenta que os:

Objetivos da contabilidade podem ser feito na base de duas abordagens distintas: ou consideramos que o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e responsável pela a apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

A Contabilidade tem o dever de demonstrar a situação da empresa e seus resultados de acordo com os princípios⁴, postulados⁵ e normas⁶ básicas, e forma clara, precisa e exata.

Portanto, o objetivo principal da contabilidade é fornecer informações relevantes para que cada usuário possa tomar suas decisões com segurança, pois, a contabilidade sempre esteve associada ao desenvolvimento da sociedade que necessita de informações seguras e corretas para o desenvolvimento e o crescimento de suas empresas.

2.1.4 Princípios Fundamentais da Contabilidade

As resoluções do CFC nº 750/93 e nº 774/94, instituem os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que devem ser seguidos rigorosamente pelo profissional, ou seja, pelo contador devidamente habilitado, cujo objeto principal é o patrimônio da empresa. (CFC, 2009)

Sabe-se é de fácil percepção que a maior parte do que tratam os Princípios Fundamentais da Contabilidade, surgiram de forma espontânea e com o decorrer do tempo estão continuamente sofrendo alterações e melhorias, porque visam atender as necessidades informais das empresas. Todos os princípios são detalhados na resolução CFC nº. 750/93.

A contabilidade busca adaptar-se às realidades do crescimento tecnológico do mundo atual, surgem normas e procedimentos que, pela sua utilidade e praticidade, tornam-se verdadeiros Princípios Contábeis, a serem seguidos por todos os contabilistas (RIBEIRO, 1997, P. 353).

⁴ **Princípios Fundamentais de Contabilidade:** Constituem, de fato, o núcleo central da estrutura contábil. Delimitam como a profissão, em largos traços, posicionar-se diante da realidade social,econômica e institucional admitida pelos postulados. (IUDICIBUS, MARTINS E GELBCKE, 1995, p.66).

⁵ **Postulados:**São comumente chamados de "Pilares da Contabilidade", por serem a base de toda a teoria contábil. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009)

⁶ **As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)**, que compreendem o Código de Ética Profissional do Contabilista. (CFC, 2000).

O contador analisa detalhadamente e segue os Princípios de Contabilidade e como eles são aplicados à contabilidade. Na medida em que ocorrem as mudanças, esses princípios estão em constante aperfeiçoamento e adaptação as novas Leis, não esquecendo que a preocupação essencial será verificar se a contabilidade está sendo desenvolvida em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

A Resolução do CFC Nº 750/93, no seu art.1º, torna obrigatória a observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade durante o exercício da profissão. Os Princípios são os mesmos para todos os tipos de patrimônios, independentemente da entidade a que pertençam.

PRINCÍPIOS	CARACTERÍSTICA
ENTIDADE	Autonomia patrimonial;
CONTINUIDADE	Análise das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas;
OPORTUNIDADE	Registro imediatos e tempestivos das mutações patrimoniais;
REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL	Registro feitos pelos valores originais, ou seja, valor presente na moeda;
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Ajustes nos valores dos registros contábeis, após alteração da moeda;
COMPETÊNCIA	Receitas e Despesas fazem parte do resultado do exercício.
PRUDÊNCIA	Ativo- menor valor e Passivo- maior valor.

QUADRO 1 – Características dos Princípios Fundamentais de Contabilidade
Fonte: Resolução CFC Nº 750/93, 2009.

Os Princípios foram estabelecidos no sentido de como fazer os lançamentos, ou seja, técnicas, procedimentos, métodos e critérios, tanto nos aspectos substantivos, quanto nos formais.

São sete os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, que servem para facilitar a adequada interpretação entre empresa do mesmo setor, os quais foram apresentados no QUADRO 1.

A seguir, apresenta-se cada um dos Princípios Fundamentais da Contabilidade.

2.1.4.1 Princípio da Entidade

Ribeiro (1997, p.20) cita que “o patrimônio da entidade não se confunde com o dos seus sócios, acionistas ou proprietário individual”.

Este princípio demonstra a criação da empresa através da formação da objetividade e o ramo de atividade traçada para iniciar uma empresa. A autonomia patrimonial forma a base deste princípio, pode ser uma empresa, família, governo, sociedade, não importa que a sociedade seja de fato ou de forma jurídica. Sem a autonomia patrimonial fundada na propriedade, os demais princípios perdem seu sentido.

O Princípio da Entidade é de fundamental importância para a contabilidade, pelas suas repercussões de natureza prática, centraliza sua relevância na autonomia patrimonial.

2.1.4.2 Princípio da Continuidade

Sobre o Princípio da Continuidade, o art. 5º da Resolução do CFC Nº 750/93 assim dispõe: “A continuidade ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas”.

Ribeiro (1997, p.24) afirma que: “a vida da entidade é contínua; por consequência, como as demonstrações contábeis são estáticas, não podem ser desvinculadas dos períodos anteriores e subsequentes”.

Consiste em considerar que a entidade desenvolverá suas atividades por um longo tempo período de tempo, onde esta permanece em constante movimento, que continuamente produz riquezas, direitos e obrigações.

2.1.4.3 Princípio da Oportunidade

A Resolução do CFC Nº 750/93, em seu art.6º, que trata do Princípio da Oportunidade, refere “a tempestividade e à integridade do registro e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com extensão correta, independentemente das causas que as originaram”.

O Princípio da Oportunidade é a base indispensável à fidedignidade das informações sobre o patrimônio da entidade, referentes a determinado período e com emprego de quaisquer procedimentos técnicos. É a representação fiel de uma informação, a qual deve espelhar com precisão e objetividade as transações e os eventos a que concerne.

Sob o ponto de vista de Ribeiro (1997, p.22), “este princípio estabelece que os registros contábeis deverão ser efetuados no momento em que ocorrerem as respectivas transações”. Observamos então conforme o autor nos relata que a tempestividade, ou seja, o tempo obriga a que as variações, os fatos sejam registrados no momento em que ocorrerem, mesmo que se tenha alguma incerteza.

2.1.4.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

Afirma o art. 7º, da Resolução do CFC Nº. 750/93, que pelo Princípio do Registro pelo Valor Original, “os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais, das transações com o mundo exterior, expressos o valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores”.

O Princípio pelo Valor Original estabelece que os componentes do patrimônio tenham seu registro efetuado pelos valores ocorridos na data das transações, caso o fato seja em moeda estrangeira devem ser transformadas em moeda nacional no ato do registro contábil.

2.1.4.5 Princípio da Atualização Monetária

Na Resolução do CFC nº. 750/93, art. 8º. “os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais”, ou seja, aqui se apresenta mais um dos Princípios da Contabilidade, o da atualização monetária.

Nesse caso, o princípio estabelece que devam ser reconhecidos os ajustes relacionados à inflação, porém está em desacordo com a legislação vigente, que não permite a execução da correção monetária nas demonstrações contábeis.

A atualização objetiva que “... permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido”,

segundo o inciso II do parágrafo único do Art. 8º da dita Resolução, que a aplicação do Princípio não está atrelada a qualquer parâmetro em termos de nível inflacionário; considerando que os padrões internacionais de Contabilidade somente requerem a atualização monetária quando a taxa acumulada de inflação no triênio se aproxima ou exceda a 100%, a partir da implantação do Plano Real a economia e a moeda brasileira vem apresentando estabilidade.

De acordo com o Art. 1º, da Resolução CFC Nº 900/01, a aplicação do "Princípio da Atualização Monetária" é compulsória quando a inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais, em seu parágrafo único - A inflação acumulada será calculada com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), apurado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, por sua aceitação geral e reconhecimento por organismos nacionais e internacionais.

No Art. 2º da Resolução CFC nº. 900/01, expõe que a aplicação compulsória do "Princípio da Atualização Monetária" deverá ser amplamente divulgada nas notas explicativas às demonstrações contábeis. No Art. 3º da mesma Resolução cita que, quando a taxa inflacionária acumulada no triênio for inferior a 100%, a aplicação do Princípio da Atualização Monetária somente poderá ocorrer em demonstrações contábeis de natureza complementar às demonstrações de natureza corrente, derivadas da escrituração contábil regular, em seu § 1º no caso da existência das ditas demonstrações complementares, a atualização deverá ser evidenciada nas respectivas notas explicativas, incluindo a indicação da taxa inflacionária empregada, no § 2º deixa claro que a Atualização Monetária, neste caso, não originará nenhum registro contábil.

2.1.4.6 Princípio da Competência

No Princípio da Competência, conforme o art. 9º, da Resolução do CFC nº 750/93, "as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrer, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento".

Este princípio considera-se como fundamental para o profissional de contabilidade. Pois, a atividade empresarial, sendo contínua, propicia a ocorrência de problemas contábeis para a apuração do resultado do período em que pertencem.

Consiste na adoção do regime de Competência de Exercícios. Considerando como despesas e receitas do período aquelas cujos fatos geradores ocorreram no próprio período, não importando as datas dos pagamentos ou dos recebimentos respectivos (Ribeiro, 1997, p.21).

É direcionado ao entendimento das variações patrimoniais e sua natureza, ele não está relacionada com os recebimentos e pagamentos, mas com recebimento das receitas geradas e das despesas incorridas no período, mesmo com desvinculação da receita e despesa.

2.1.4.7 Princípio da Prudência

Relata o art.10º, da mesma Resolução do CFC, que o Princípio da Prudência “determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo sempre que se apresentam alternativas igualmente validas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido”.

O critério de menor valor para itens do ativo e da receita, e o de maior valor para itens do passivo e despesa, com os efeitos correspondentes no patrimônio líquido, serão adotados para registro, diante de opções na escolha de valores (RIBEIRO, 1977, p.24).

A aplicação do princípio da prudência não deve levar a excessos ou a situações que se classifiquem como manipulações de resultado. Este princípio é muito claro, quando trata dos limites do contador, que não deve trabalhar com incerteza de grau variável, que não vai efetuar lançamentos em desacordo como o que a legislação nos coloca.

Após a tomada de conhecimento sobre os princípios contábeis, apresenta-se a seguir os principais sistemas de demonstrações contábeis existentes.

2.2 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são para atender as necessidades específicas de uma entidade, são relatórios dentro de uma determinada data ou período fornecendo informações sobre a posição patrimonial e financeira da empresa, mostrando resultados do gerenciamento e fluxos financeiros, sendo útil para tomada de decisões.

As Demonstrações Contábeis, também denominadas de demonstrações financeiras na legislação societária (Lei nº 6.404/76), são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidades da empresa, perante acionistas, credores, governo e a

comunidade em geral. Têm, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação econômico - financeira.(BRAGA, 2003, p.65)

As Demonstrações representam a estrutura monetária do patrimônio financeiro da empresa, fornecendo as informações necessárias tanto para prestar contas ao governo quanto ao proprietário da empresa, fazendo assim uma análise e acompanhando os fatos acontecidos em sua empresa.

Falaremos um pouco a respeito das Demonstrações Contábeis mais usadas no meio empresarial, sendo elas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Valor Adicionado; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por finalidade evidenciar e registrar os fatos ocorridos dentro de um período, e a posição patrimonial e financeira da empresa, segundo os Princípios Fundamentais da Contabilidade, como nos mostrará na TABELA 1.

O Balanço Patrimonial são todos os bens e direitos da empresa e obrigações em determinado período, se apresenta através um plano de contas que são classificadas por grupos, facilitando assim o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa.

2.2.2 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é completa, abrangente e objetiva, visando informar de forma organizada todas as movimentações e mutações (novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, reavaliações, no caso de prejuízo incorporações de reservas ao capital, no caso de lucro transferências de lucros acumulados para reservas, entre outras) ocorridas das contas do patrimônio

líquido durante o exercício social, indicando quando estes tiverem aumento ou diminuição, como mostraremos na TABELA 2.

TABELA 1 – Modelo do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	VALOR R\$	PASSIVO	VALOR R\$
Ativo Circulante	-	Passivo Circulante	-
Disponível	-	Obrigações de Curto Prazo	-
Caixa	-	Fornecedores	-
Bancos Conta Movimento	-	Obrigações Trabalhistas e Sociais	-
Aplicações Financeiras	-	. Impostos a Recolher	-
Créditos	-	Não Circulante	-
Duplicatas a Receber	-	Obrigações de Longo Prazo	-
(-) Duplicatas Descontadas	-	Financiamentos	-
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	Patrimônio Líquido	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	Capital Realizado	-
Adiantamentos a Empregados	-	Capital Social Subscrito	-
Impostos a Recuperar	-	(-) Capital Social a Realizar	-
Estoques	-	Reservas	-
Estoques de Materiais	-	Reservas de Capital	-
Estoques de Mercadorias	-	Reservas Constituídas pela Correção Monetária do Capital	-
(-) Provisões para Ajuste ao Valor Provável de Realização	-	Reservas Constituídas por Ágio na Emissão de Ações	-
Despesas do Exercício Seguinte	-	Reservas Constituídas por Alienação de Partes Beneficiárias	-
Seguros a Apropriar	-	Reservas Constituídas por Alienação de Bônus de Subscrição	-
Não-Circulante	-	Reservas de Lucros	-
Realizável a Longo Prazo	-	-	-
Investimentos a Longo Prazo	-	-	-
Aplicações Financeiras	-	-	-
Débitos de Pessoas Ligadas	-	-	-
Débitos de Sócios	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Participações Societárias	-	-	-
Imobilizado	-	-	-
Imóveis	-	-	-
Instalações	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-
Veículos	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada	-	-	-
Intangível	-	-	-
Marcas e Patentes	-	-	-
Direitos Autorais	-	-	-
Fundo de Comércio Adquirido	-	-	-
(-) Amortização do Intangível	-	-	-
ATIVO TOTAL	-	PASSIVO TOTAL	-

Fonte: NORMAS LEGAIS, 2009

TABELA 2 – Modelo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Histórico	Capital Realizado	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS			Lucros Acumulados	Total
		Ágio na Emissão de Ações	Subvenções para Investimentos	Reserva Para Contingência	Reserva Estatutária	Reserva Legal		
Saldo em 31.12.x1								
Ajustes de Exercícios Anteriores								
a) Efeitos de mudança de critérios contábeis								
b) Retificação de erros de exercícios anteriores								
Aumento de Capital								
a) Com lucros e reservas								
b) Por subscrição realizada								
Reversões de Reservas								
a) De contingências								
de lucros a realizar								
Lucro Líquido do Exercício								
Proposta da Administração de Destinação do Lucro								
a) Transferências para reservas								
b) Reserva legal								
c) Reserva estatutária								
d) Reserva de lucros para expansão								
e) Reserva de lucros a realizar								
f) Dividendos a distribuir (R\$... por ação)								
Saldo em 31.12.X2								

Fonte: PORTAL DA CONTABILIDADE, 2009

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é facultativa e, sendo obrigatória para as companhias abertas, instituições

financeiras e outras, de acordo com o artigo 186, parágrafo 2º, da Lei das S/A, substitui a obrigatoriedade da Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA).

2.2.3 Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a apurar o lucro líquido ou prejuízo no final do exercício da empresa, e mostrar minuciosamente as contas Receita, Despesa, Lucro ou Prejuízo Líquido do exercício, de acordo com o regime de competência.

Segundo Iudícibus *et al* (2007, p.08) afirma que de fato:

“O lucro ou prejuízo líquido, apurado nessa demonstração é o que se pode chamar de lucro dos acionistas, pois, além dos itens normais, já se deduzem como despesas o Imposto de Renda e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas, de forma que o lucro líquido demonstrado é o valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa que, em última análise, pertence aos acionistas, ou é distribuído como dividendo”.

TABELA 3 – Modelo de Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
DADOS	VALOR R\$
Receita Operacional Bruta	-
(-) Deduções e Abatimentos (Impostos sobre vendas e devoluções e abatimentos)	-
(=) Receita Operacional Líquida	-
(-) Custo Operacional (Custo das mercadorias vendidos., produtos vendidos ou serviços prestados)	-
(=) Lucro Bruto	-
(-) Despesas Operacionais (De vendas, administrativas, financeiras líquidas e outras)	-
(=) Resultado Operacional	-
(-) Resultados Não Operacionais (Receitas e despesas não operacionais)	-
(=) Resultado Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	-
(-) Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda	-
(=) Resultado Após Contribuição Social e Imposto de Renda	-
(-) Participações e Contribuições (Empregados, administradores e outras)	-
(=) Resultado Líquido do Exercício	-

Fonte: NORMAS LEGAIS, 2009

Uma vez por ano, ou seja, no final de cada exercício, poderá ser apurado o lucro exato ou prejuízo, não se pode dizer que está realmente exato e correto, até por que só conseguiríamos isso, no caso desta empresa chegar ao seu fim, após a

venda do seu ativo e quitação do passivo, mas é exato para término deste exercício, este lucro será aplicado ao patrimônio líquido, podendo até ser dividido entre os sócios ou acionistas.

A Demonstração do Resultado do Exercício sempre virá acompanhado do Balanço Patrimonial, um completa o outro, mostrando a situação real da empresa aos interessados. Podendo através destes relatórios ter informações necessárias para se fazer uma análise, tirar conclusões e fazer planos para o futuro.

2.2.4 Demonstração do Valor Adicionado

Valor Adicionado como o próprio nome diz representa mais riqueza para a empresa, dentro de um determinado período ou exercício, como veremos na TABELA 4.

De acordo com *Iudícibus et al* (2007, p.09) a DVA tem como objetivo principal:

“Informar a riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo”.

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia o valor agregado às mercadorias, insumos ou serviços que a empresa adquiriu, e de que forma foram distribuídas essas riquezas criadas pela empresa. Fornecendo uma visão abrangente de como produzir e distribuir riqueza através de capital próprio ou de terceiros, tornando assim uma ferramenta importante tanto para a emp² □ como para acionistas, fornecedores e outros.

2.2.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) indica as modificações ocorridas na posição financeira da empresa, suas origens e aplicações, representando o Capital Circulante Líquido da empresa de acordo com a Lei Nº 6.404/76 (TABELA 5). Com a chegada da nova Lei Nº 11.638/2007, apartir do dia 01/01/08 a DOAR passou a ser extinta.

TABELA 4 – Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1 – RECEITAS	-
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-
1.2) Outras receitas	-
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	-
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	-
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-
2.4) Outras (especificar)	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	-
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	-
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	-
8.1) Pessoal	-
8.1.1 - Remuneração direta	-
8.1.2 – Benefícios	-
8.1.3 - F.G.T.S	-
8.2) Impostos, taxas e contribuições	-
8.2.1 – Federais	-
8.2.2 – Estaduais	-
8.2.3 – Municipais	-
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	-
8.3.1 – Juros	-
8.3.2 – Aluguéis	-
8.3.3 – Outras	-
8.4) Remuneração de capitais próprios	-
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio	-
8.4.2 – Dividendos	-
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	-
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	-

Fonte: NORMAS LEGAIS, 2009

Segundo Marion, *et al* (2007) nos mostra que a Lei Nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações):

“consagrou com a denominação de Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) uma demonstração que recebia as mais diversas denominações, tais como Demonstração do Fluxo de Fundos, Demonstração de Usos e Fontes de Capital de Giro Líquido, ou mesmo Demonstração das Modificações na Posição Financeira. A DOAR tem por finalidade explicar a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido (CCL) entre dois momentos no tempo, via de regra, ocorrida de um ano para outro. A palavra recursos, portanto, dever ser associada com Capital Circulante Líquido (CCL) que, por sua vez, é obtido: $CCL = AC - PC$ ”.

A DOAR explica as mudanças ocorridas na movimentação financeira e no Capital Circulante Líquido da empresa sendo representado pelo Ativo Circulante e Passivo Circulante, seu objetivo é apresentar seus financiamentos pelas origens de recursos e investimentos pelas aplicações de recursos, mostraremos a seguir na TABELA 5.

De acordo com Marion (2007, p.63) “embora a DOAR seja considerada pelos especialistas como uma demonstração mais rica em termos de informação, os conceitos nela contidos, como, por exemplo, a variação do capital circulante líquido, não são facilmente aprendidos.

A DOAR obedecendo ao regime de competência, abrange várias informações que em outras demonstrações não aparecem, mas mesmo assim sua linguagem técnica dificulta o entendimento por parte dos usuários.

2.2.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) passou a ser obrigatória para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), desde 01/01/2008 através da Lei Nº 11.638/2007, tornando um dos relatórios mais importante para as empresas nas tomadas de decisões.

Segundo Hernandez Peres Junior, (2005, p.328) a DFC tem como principal finalidade:

“fornecer informações relacionadas a recebimentos e pagamentos de caixa de uma empresa durante um período. Para atingir sua finalidade de fornecer informações para auxiliar investidores, credores e outros a fazer essas avaliações, a demonstração de fluxos de caixa deve apresentar os efeitos do caixa durante um período, das operações da empresa, suas transações de investimentos e de financiamentos. As divulgações relacionadas devem

apresentar os efeitos das transações de investimentos e de financiamentos que afetam a posição financeira da empresa mas não afetam diretamente os fluxos de caixa durante o período”.

A DFC apresenta uma linguagem comum, de fácil entendimento para seus usuários, mostra os fluxos dos recursos financeiros da empresa com entradas, saídas e seus resultados dentro de um determinado período, de forma imediata, de acordo com o regime de caixa, mostraremos na TABELA 6 um modelo de DFC.

A seguir, apresentam-se algumas ponderações, sobre o fluxo de caixa.

2.3 Fluxo de Caixa

2.3.1 Conceito e Importância do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa é a diferença entre as entradas e as saídas, é a movimentação financeira da empresa, segundo Assaf Neto e Silva (1997), o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e as saídas de recursos monetários de um determinado período.

TABELA 5 – Modelo de Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
I – Origens de Recursos	-
- Lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;	-
- Realização do capital social e contribuições para reservas de capital;	-
- Recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.	-
II – Aplicações de Recursos	-
- Dividendos distribuídos;	-
- Aquisição de direitos do ativo imobilizado;	-
- Aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;	-
- Redução do passivo exigível a longo prazo.	-
III – Aumento ou Diminuição do Capital Circulante Líquido	-
- o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representado	-
- aumento ou redução do capital circulante líquido.	-
III – Mutação do Capital Circulante Líquido	-
- os saldos no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulante, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.	-

Fonte: SILVA, César Augusto Tibúrcio *et al*, 1993.

TABELA 6 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Atividades de Investimento	-
(-) aquisição de imobilizado, inclusive juros e despesas capitalizadas	-
(-) aquisição de novos negócios e empresas	-
(-) aquisição de debêntures e investimentos financeiros a longo prazo, exclusive aplicações de caixa	-
(-) aquisição de ações de outras empresas, incluindo os investimentos regulados pela equivalência patrimonial	-
(-) empréstimos feitos a outras entidades	-
(-) compra por transferência de debêntures de outras entidades	-
(+) venda de imobilizado	-
(+) venda de negócios	-
(+) cobrança do principal relativo a empréstimo feitos a outras entidades	-
(+) venda, por transferência, de debêntures de outras entidades	-
(+) venda de debêntures ou ações de outras entidades, exclusive aplicações de caixa	--
Atividades de Financiamento	-
(-) remuneração aos proprietários (dividendos e outros)	-
(-) pagamento de valores tomados por empréstimos, inclusive leasing, resgate de debêntures e empréstimos de curto e longo prazo	-
(-) reaquisição de ações próprias e outros títulos relacionados com o patrimônio líquido	-
(+) emissão de ações	-
(+) subscrição de debêntures, hipotecas e empréstimos de curto e longo prazo	-
Atividades Operacionais	-
(-) aquisição de materiais para produção ou revenda	-
(-) salários e encargos sociais dos empregados	-
(-) juros sobre empréstimos	-
(-) impostos, multas e outras despesas legais	-
(-) materiais e serviços gerais	-
(+/-) outras transações não definidas nos outros grupos, inclusive pagamentos de causas judiciais, donativos e devolução de pagamentos a clientes	-
(+) venda de mercadorias e serviços	-
(+) rendas de empréstimos feitos a terceiros (juros) e sobre investimentos em ações (dividendos)	-

Fonte: SILVA, César Augusto Tibúrcio *et al*, 1993.

2.3 Fluxo de Caixa

2.3.1 Conceito e Importância do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa é a diferença entre as entradas e as saídas, é a movimentação financeira da empresa, segundo Assaf Neto e Silva (1997), o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e as saídas de recursos monetários de um determinado período.

As empresas que tem um fluxo de caixa controlado não terão problemas com os compromissos financeiros, através da elaboração do fluxo de caixa, a

empresa poderá constatar se está com caixa excedente ou esta com falta de recursos para honrar com os seus compromissos. Portanto é importante que a empresa tenha um fluxo de caixa bem elaborado.

O fluxo de caixa é uma ferramenta indispensável que auxilia na visualização e compreensão das movimentações financeiras dentro de um período, possibilitando ao empresário ter o controle e planejar melhor suas ações.

O fluxo de caixa é de grande utilidade dentro da empresa, se resumindo em entradas (recebimentos) e saídas (pagamentos), ajudará o empresário a acompanhar e perceber quando vai faltar ou sobrar recursos dentro de sua empresa, qualquer decisão tomada mudará o seu caixa. É considerado um dos principais instrumentos de controle, análise e avaliação de uma empresa, auxiliando o empresário a ter uma visão futura dos recursos financeiros da empresa, fazendo através de um relatório gerencial sua projeção. Este relatório poderá ser feito mensal, trimestral ou anual, permitindo se analisar a política de captação e aplicação de recursos, suas variações e causas dessas variações dentro da empresa.

O capital de giro (recursos à curto prazo), é muito útil dentro do fluxo de caixa para a empresa, tendo que ser bem administrado.

O fluxo de caixa envolve diretamente o setor financeiro, mas precisa da participação de outros setores. Para que a empresa tenha um bom desenvolvimento ela deve observar cada um dos setores que mostraremos no QUADRO 2, tendo sempre recursos disponíveis para cumprir com as suas obrigações.

Com o envolvimento de todos os setores financeiros da Empresa, é possível elaborar um planejamento, com respectiva projeção das alocações e aplicações de recursos, especialmente os financeiros. Dessa maneira, a organização passa a dispor de distintos mecanismos de movimentação financeira.

Para que o fluxo de caixa atinja resultados é preciso o envolvimento de todos na empresa.

2.3.2 Formas de Implantação do Fluxo de Caixa

A implantação do caixa é a adequação dos valores de ingressos (recebimentos) e desembolsos (pagamentos) de determinados setores da empresa, organizando, avaliando, considerando as alterações ocorridas dentro de um determinado período.

Podemos elaborar este demonstrativo de disponível, entradas, saídas e diferenças, como nos mostrará o QUADRO 3.

Caixa	Disponível, caixa, bancos, aplicações financeiras, cheques em mãos, etc.
Estoque	Saber comprar, diminuindo seu estoque e aumentando seu giro, grande estoque significa dinheiro parado.
Vendas	Saber vender, avaliar o momento certo para promoções, ter controle nos prazos e descontos concedidos, sem prejuízos para as próximas vendas, reduzindo a inadimplência e reforçando assim seu caixa.
Contas a pagar	Será necessário planejamento estratégico, negociando com fornecedores, visando prazos para pagamento de acordo com seus recebimentos de venda, sempre avaliando o saldo disponível no caixa.
Contas a receber	Principal fonte de recursos, e necessário uma cobrança árdua e eficiente, pois depende muito da política adotada na venda, prazos e o não pagamentos em dia de determinados clientes, gera falta de capital, fazendo com que a empresa procure outra fonte "o banco" com desconto de títulos, cheque especial, desconto de cheques e outros, pagando juros altíssimos. Os pagamentos devem estar conciliados com os recebimentos, monitorando e atualizando o fluxo de caixa quando necessário, para se ter resultados satisfatórios.

QUADRO 2 – Setores Financeiros de uma empresa.

Fonte: Elaborado pela autora, 2009.

Disponível Inicial	é o saldo inicial o valor constante no caixa no início do período para a elaboração do fluxo, é formado pelo dinheiro na "gaveta" mais os saldos bancários disponíveis.
Total das entradas	é a soma de todo o dinheiro que entrou. Corresponde às vendas realizadas à vista e à prazo, bem como, outros recebimentos tais como: antecipação de cheque e cartão, inadimplência, desmobilização, empréstimo.
Total das saídas	é a soma de tudo dinheiro que foi pago. Corresponde a pagamentos a fornecedores, pró labore, aluguel, impostos, salários, água, luz, entre outros.
Diferença do dia	é o valor obtido de Entradas menos as Saídas na respectiva data.
Saldo de Caixa	É o resultado diferença do dia somado ao disponível inicial, para saber com quanto dinheiro disponível terá para começar o dia seguinte.

QUADRO 3 – Composição do Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Fonte: PROJETO DSD, 2009

2.3.2.1 Fluxo de Caixa Operacional

O fluxo de caixa operacional são as resultantes da atividade afins da empresa, são todas aquelas atividades relacionadas diretamente ao fluxo de caixa.

O fluxo de caixa é chamado de ingressos operacionais e desembolsos operacionais

ZDANOWICZ (1988, p.56), afirma que:

“o fluxo de caixa deve ser superior ao lucro líquido após o imposto de renda por duas razões: o montante de despesas não desembolsadas atribuídas ao período, principalmente a depreciação que é um custo, porém não

representa uma saída de caixa; desembolsos com investimentos não capitalizados, porém considerados como despesas do período”.

A depreciação se dá quando o ativo imobilizado se desgasta virando obsoleto, pelo tempo de uso, diminuindo o ativo imobilizado automaticamente aumentará o ativo circulante, transformando a depreciação em custos, sendo adicionado no preço final do produto.

2.3.2.2 Fluxo de Caixa Extra-Operacional

O fluxo de caixa extra-operacional são os ingressos na empresa e os desembolsos extra-operacional, são aqueles que não fazem parte da principal atividade da empresa, como mostraremos logo a seguir na FIGURA 1.

As amortizações de empréstimos e financiamento e as imobilizações merecem destaques, segundo Zdanowicz (1988), os empresários que tenham um contrato firmado com as instituições financeiras onde eles conseguiram recursos, é importante que montem uma planilha para que possam ter um acompanhamento fazendo uma projeção das parcelas com os valores e seus vencimentos.

Segundo Zdanowicz (1988), as imobilizações são captações de recursos de longo prazo, e estas imobilizações serão amortizadas com os lucros do referido empreendimento. Portanto, é recomendado que os empresários façam projeções, pois o mesmo não trará retorno imediato, ou seja, à curto prazo, é um investimento de longo prazo, por isso não poderá ser transferido todo o capital de giro para não prejudicar o fluxo de caixa da empresa.

Quando o autor fala de projeção, ele nos quer dizer que o empresário precisa fazer um planejamento sabendo qual a hora certa e porque fazer tal tipo de investimento, sabendo se o retorno do determinado investimento é de longo ou curto prazo, caso seja de longo prazo terá que ter capital de giro suficiente durante este período, para não parar as atividades operacionais da empresa, dando suporte para as mesmas.

2.3.3 A Importância da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as modificações ocorridas na posição financeira da empresa, sendo um instrumento que possibilita e auxilia no

planejamento e no controle dos recursos financeiros, proporcionando uma visão clara da administração de seu capital de giro, sendo de fácil entendimento para o diretor, o acionista, e o investidor analisarem a real situação financeira da empresa, indispensável em todo o processo de tomada de decisões financeiras.

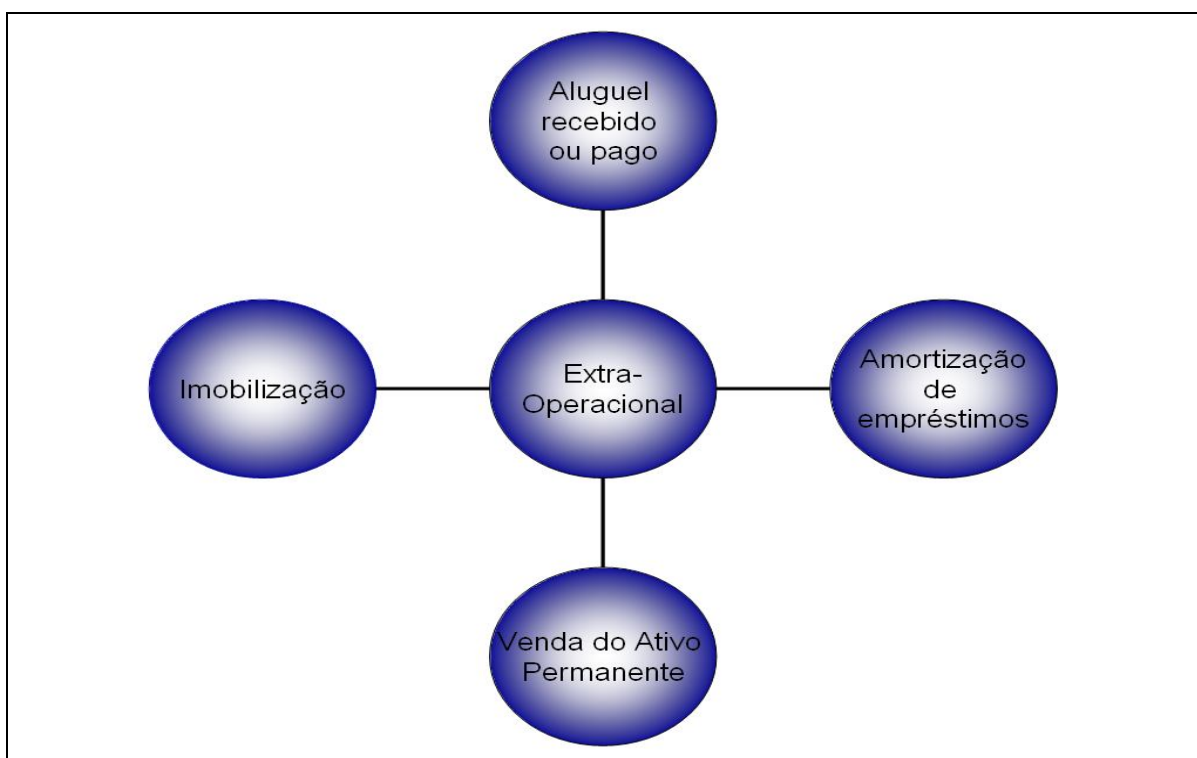


FIGURA 1 – Algumas Atividades Extra-Operacionais
Fonte: FACAPE, 2009.

Conforme Marion (2007), a Demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Iudícibus *et al* (2003, p.398), nos mostrará na página seguinte o QUADRO 4 onde teremos os principais objetivos da DFC.

Segundo os autores a empresa tem como fazer uma projeção futura positiva de caixa, e com esta projeção positiva ela poderá cumprir com as suas obrigações em tempo hábil, mas para isso deve se ter uma projeção de controle preciso, e não um controle aproximado.

É necessário estudar e analisar seu caixa diariamente, acompanhando, analisando suas fontes de crédito, utilizando seus recursos financeiros devidamente, atingindo um equilíbrio entre as entradas e saídas, chegando ao controle esperado.

Esse demonstrativo será de grande utilidade para as empresas, contendo informações importantes, e auxiliando para que se tenha um melhor controle nas tomadas de decisões.

A DFC é uma ferramenta não só para grandes empresários, mas também para os pequenos e médios, que deveriam também usar para se ter um melhor controle do seu fluxo de caixa, podendo se planejar com antecedência, para cumprir com os pagamentos à longo e à curto prazo.

1	Capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
2	Capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
3	Liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa;
4	Taxa de conversão de lucro em caixa;
5	Performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
6	Grau de precisão de estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
7	Efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento, etc.

QUADRO 4 – Objetivos da DFC
Fonte: Iudícibus *et al* (2003, p.398).

Esta ferramenta ajuda muito ao gestor em decisões a serem tomadas, mas tem que ser analisada muito bem, pois muitas vezes poderá acontecer de uma empresa ter uma receita alta, e não possuir nada no fluxo de caixa, ou pode possuir lucro e estar endividada.

Conforme afirma Marion (2006), a DFC mostra com mais precisão as diferenças existentes entre o lucro líquido os recebimentos e os pagamentos, também nos mostra qual é a posição financeira da empresa que resulta das transações financeiras e não financeiras.

2.3.4 Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa

Tem uma estrutura clara e objetiva, buscando separar as operações que estão diretamente ligadas às atividades principais da empresas daquelas que não estão, se subdividindo em Fluxo Operacional e Fluxo Extra-Operacional.

Conforme Frezatti (1997), os componentes da DFC nos mostram na FIGURA 2 a seguir, o fluxo operacional corresponde às entradas e as saídas conforme as atividades operacionais de cada empresa, evidenciando o seu passado e projetando o seu futuro de forma que se possam tomar com a devida antecedência as medidas cabíveis para enfrentar a escassez ou o excesso de recursos; o fluxo permanente este está ligado aos investimentos no ativo permanente da empresa; o fluxo dos acionistas este indica as transações que afetam os mesmos e que são derivadas de decisões de capitalização no caso quando os empresários decidem capitalizar ou da distribuição do lucro da empresa ou da redução do capital; e o fluxo financeiro este é a somatória dos demais fluxos, no caso este componente é da sobra de recursos, é através deste componente que é feita a aplicação no mercado e no caso ocorre insuficiência de recursos é utilizado do mesmo, a entrada deste valor ocorre através de resgate de investimentos feitos pela empresa, ou através de captação de recursos com terceiros.

Podemos através das análises de cada elemento que compõe a DFC, verificar como está a saúde dos negócios e de que forma pode-se otimizar os resultados da empresa, como também avaliar o desempenho e verificar as necessidades do fluxo financeiro da empresa.

2.3.4.1 Atividades Operacionais

Conforme Hernandez Peres Junior (2005), atividades operacionais envolvem os fatos relacionada com a produção e a entrega de bens e serviços, e também envolvendo outros eventos da empresa.

Hernandez Peres Junior (2005), nos mostrará na FIGURA 3 e 4 de que forma ocorrem as entradas e as saídas das atividades operacionais de uma empresa.

As atividades operacionais são aquelas que produzem receita dentro da empresa, faz parte do Circulante Líquido da empresa, sendo eles, produção, comercialização dos bens e serviços, venda, despesas, e outros.

Segundo Braga (2003), as atividades operacionais são aquelas que compreendem as transações que alcançam o objeto social da Entidade. De forma clara é o recebimento e pagamento de fatos que ocorre na empresa.

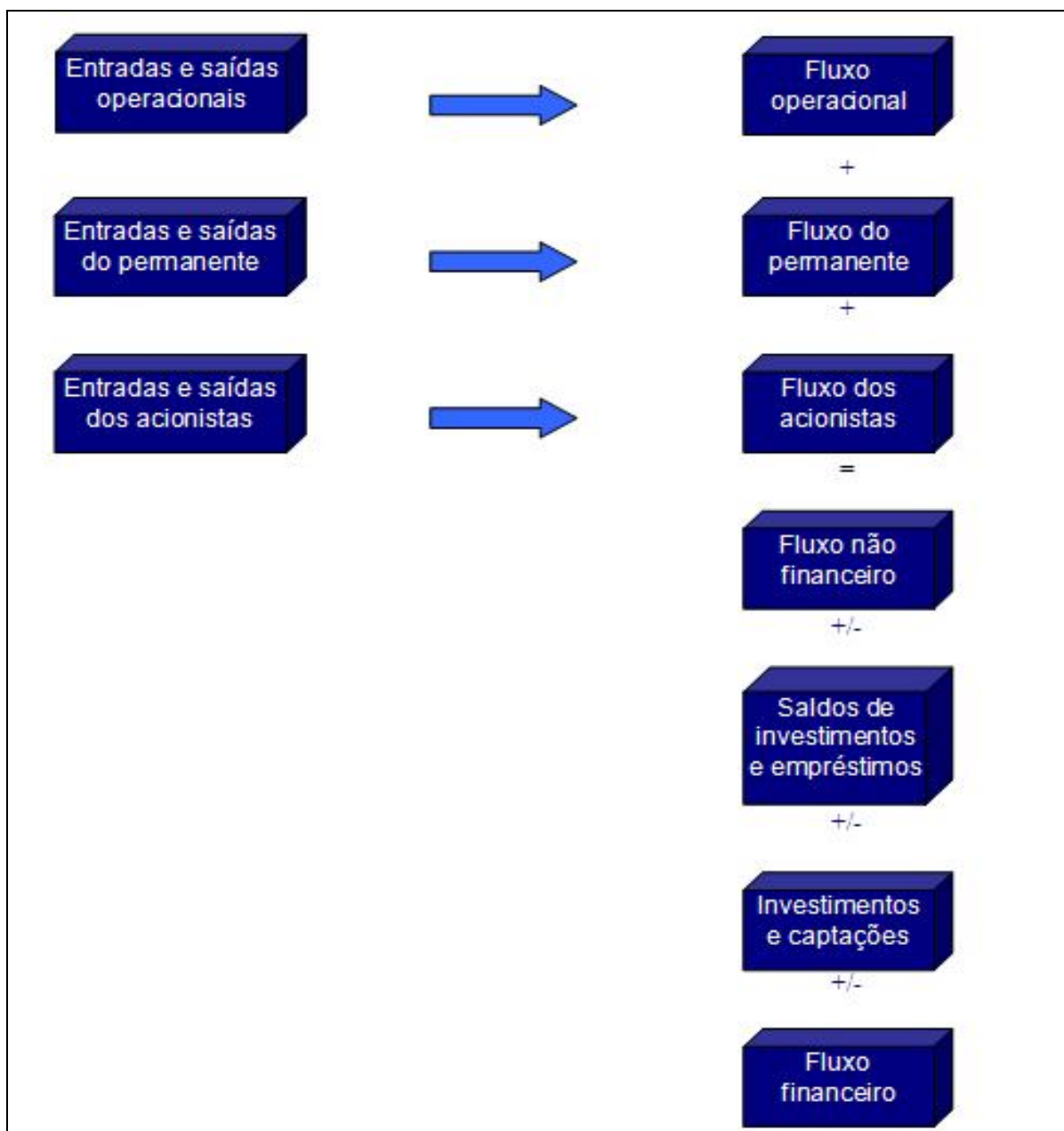


FIGURA 2 – Componentes da DFC

Fonte: Frezatti ,1997.

É necessário ter uma visão abrangente podendo acompanhar de perto o resultado das atividades operacionais para saber se são satisfatórias, podendo acontecer eventuais mudanças no cotidiano, pois mesmo o saldo estando positivo, pode ocorrer dificuldades nas fontes de recursos, possibilitando problemas financeiros.

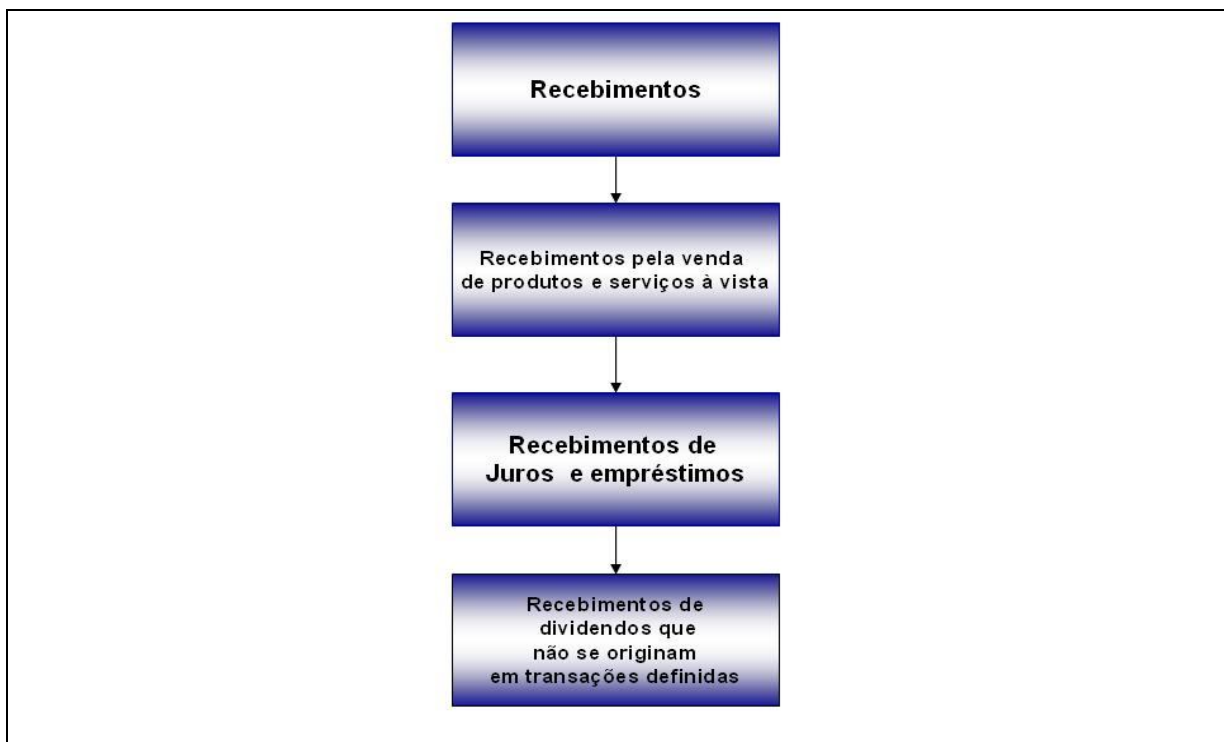


FIGURA 3 – Entrada das atividades operacionais
Fonte: Hernandez Peres Junior, 2005.

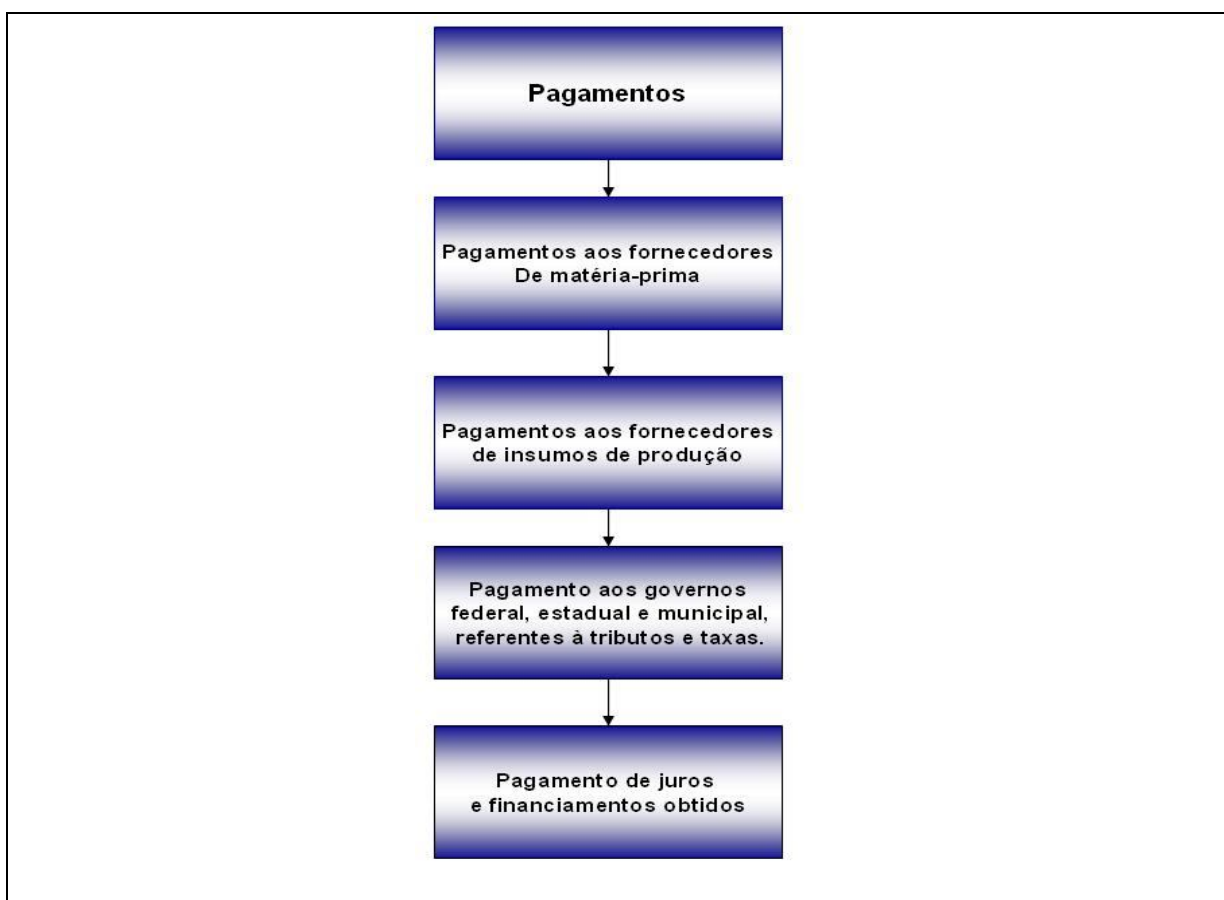


FIGURA 4 – Saída das atividades operacionais
Fonte: Hernandez Peres Junior, 2005.

2.3.4.2 Atividades de Investimentos

As atividades de Investimentos, são aquelas do Não Circulante da empresa. Esta atividade é quando a empresa adquire algum bem, de acordo com Marion (2007), “quando uma empresa compra máquinas, ações, prédios, etc., reduzem o caixa. Quando a empresa vende esses itens, aumentam o caixa”.

Já para Hernandez Peres Junior (2005, p.246), as atividades de investimentos, “relacionam-se normalmente com o aumento e diminuição dos ativos de longo prazo que a empresa utiliza para produzir bens e serviços”.

Para Braga (2003), as transações com os ativos financeiros, são as compras ou as vendas de participações em outras entidades, além dessas transações também tem o fato da empresa utilizar ativos conforme o objeto social da empresa para a produção de bens ou na prestação de serviços, neste caso, ou seja, nas atividades de investimentos a empresa ela não adquire ativos para revenda e sim para a produção.

Hernandez Peres Junior (2005), nos mostra na FIGURA 5 e 6, de que forma ocorre as entradas e as saídas das atividades de investimentos de uma empresa:

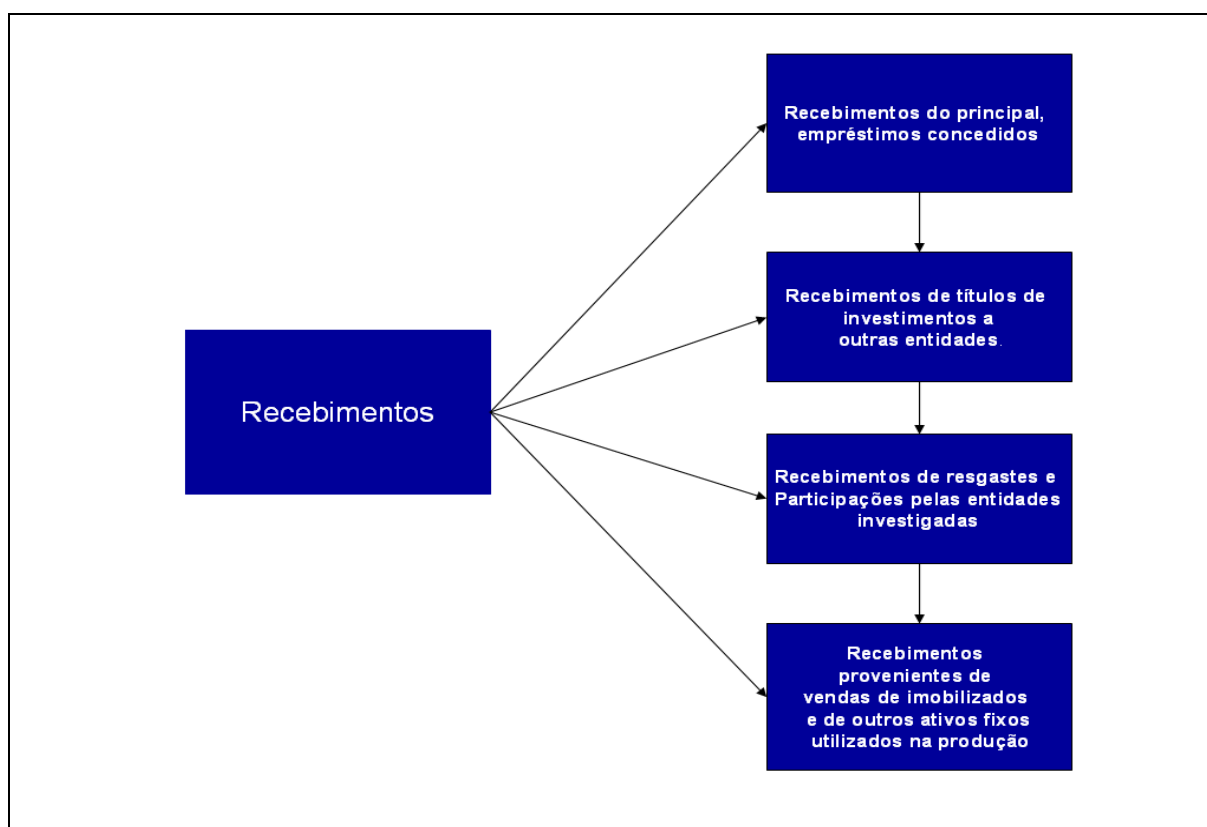


FIGURA 5 – Entradas das atividades de investimentos
Fonte: Hernandez Peres Junior, 2005.

As atividades de investimentos são aquelas utilizadas para o crescimento da empresa, aquisição e venda de bens do ativo à longo prazo, utilizados no processo de produção ou prestação de serviços, aumentando ou diminuindo os ativos de longo prazo.

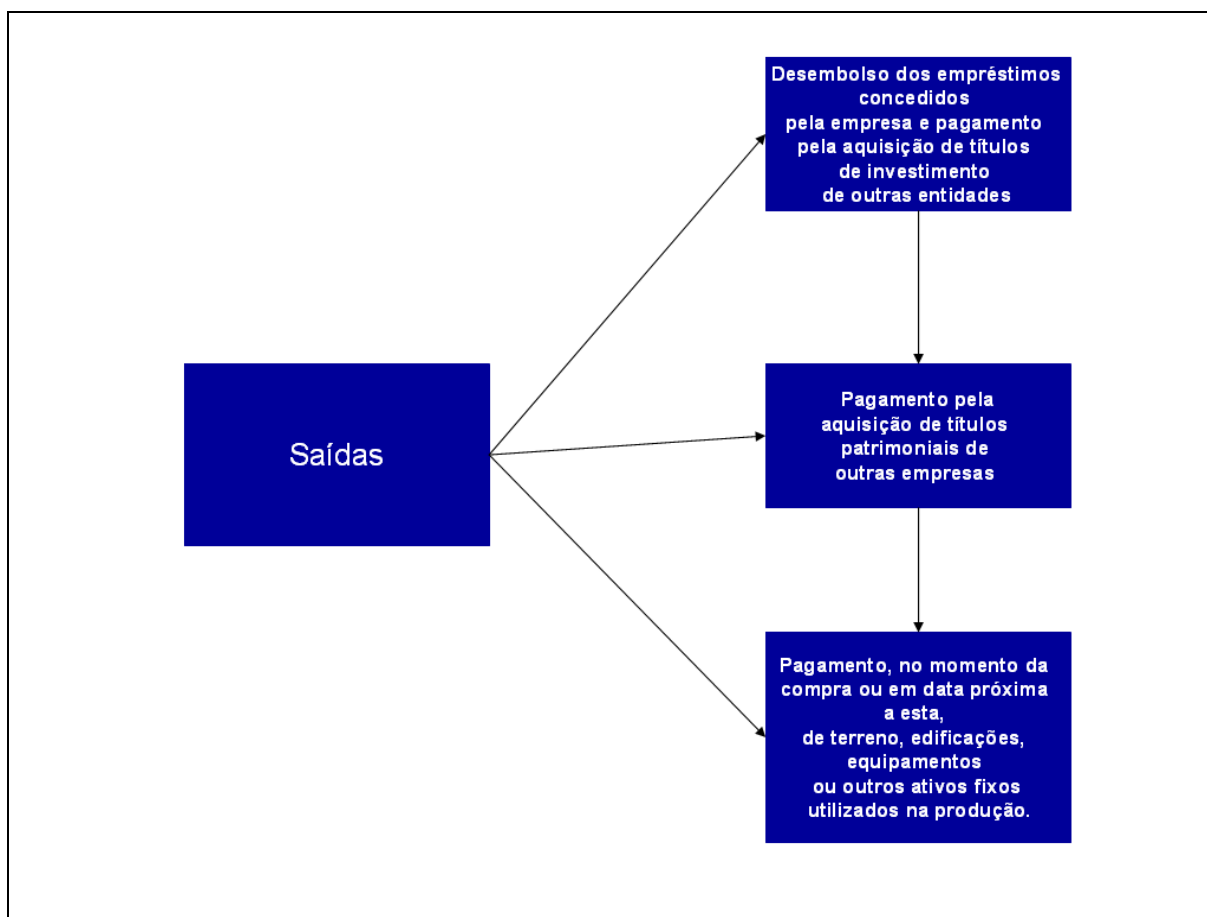


FIGURA 6 – Saídas das atividades de investimentos.
Fonte: Hernandez Peres Junior, 2005.

2.3.4.3 Atividades de Financiamentos

Segundo MARION, (2007, p. 66) “os financiamentos poderão vir dos proprietários (aumento de Capital em dinheiro) ou de terceiros (financiamentos, bancos etc.)”.

Nas atividades de financiamentos os próprios proprietários poderão investir aumentando assim o capital em dinheiro, este valor investido os proprietários terão retorno através dos lucros que a empresa gerar ou o reembolso desse investimento, a empresa capta também recursos de terceiros através de financiamentos.

Conforme Hernandez Peres Junior (2005, p. 246), na FIGURA 7 e 8 veremos as entradas e as saídas das atividades de financiamentos:

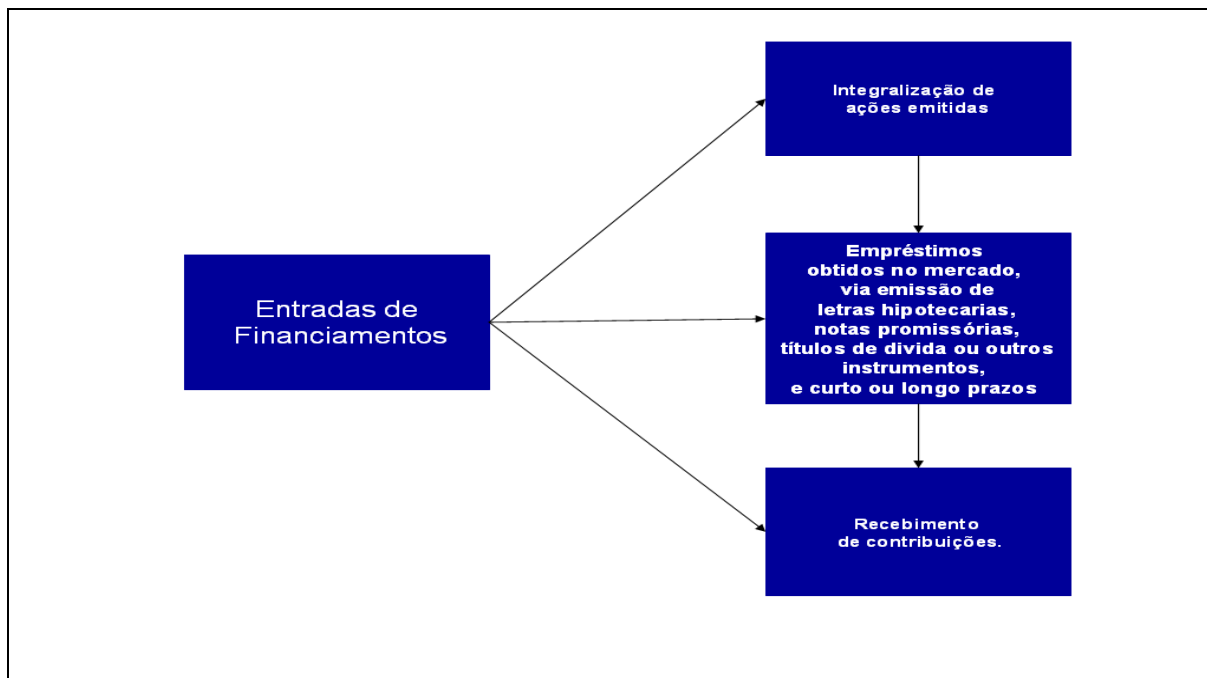


FIGURA 7 – Entradas das Atividades de Financiamentos

Fonte: HERNANDEZ PERES JUNIOR, 2005.

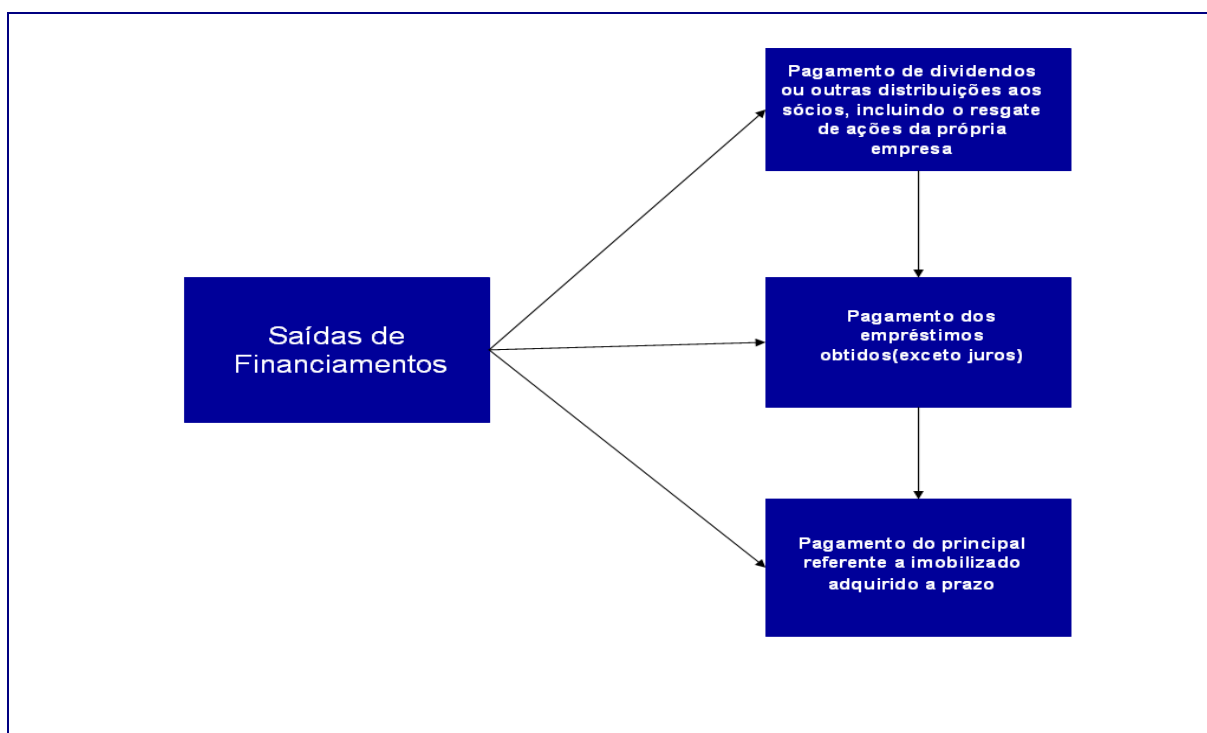


FIGURA 8 – Saídas das Atividades de Financiamentos

Fonte: HERNANDEZ PERES JUNIOR, 2005

As atividades de financiamentos esta relacionado às demais atividades, é a fonte de recursos obtidos de terceiros, como empréstimos bancários à curto ou à longo prazo e amortizações de dívidas, no caso de recursos excedentes fazer aplicação para o momento de precisão realizar um resgate.

A seguir, expõe-se as modalidades para elaboração da DFC, como nos mostra na FIGURA 9.

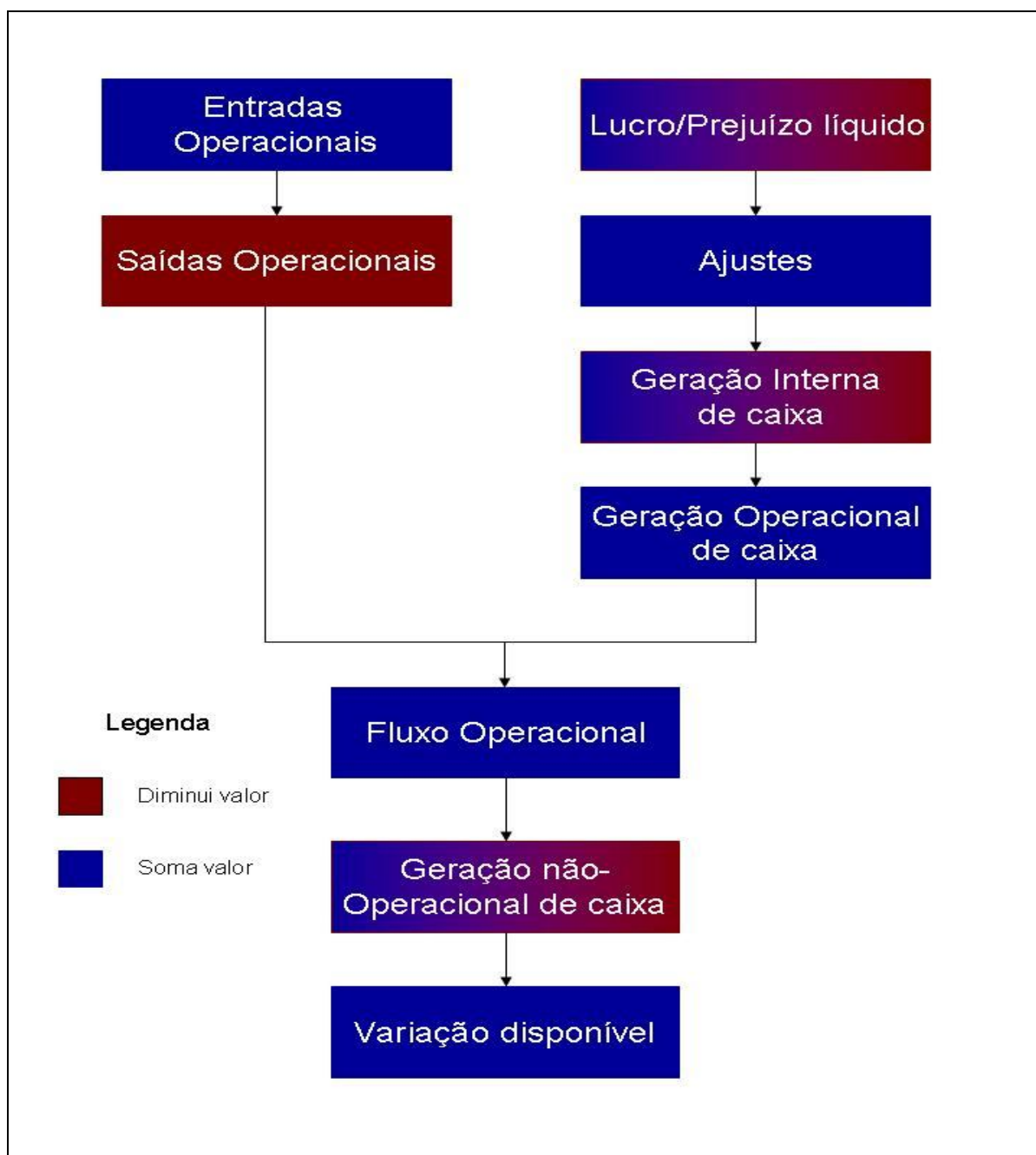


FIGURA 9 – Método Direto versus Método Indireto, apresentado no lado esquerdo o Método Direto e no lado direito o Método Indireto.

Fonte: Adaptado por Sá, 1998

2.3.5 Formas de Apresentação da DFC

Existem duas modalidades para elaboração da DFC. O método direto e o método indireto. A principal diferença é quanto à apresentação das atividades operacionais.

Através da FIGURA 9, podemos observar que o Método Direto nos mostra a movimentação financeira que ocorreu em um determinado período, ou seja, os recebimentos (entradas) e os pagamentos (saídas), essa movimentação ocorre referente da atividade operacional da empresa.

Na TABELA 7 apresenta-se um modelo adaptado de Método Direto, conforme os autores: Yoshitake e Hoji (1997, p.153):

TABELA 7 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO		
ATIVIDADES	VALOR R\$	VALOR R\$
INGRESSOS DE RECURSOS	-	-
Recebimentos de clientes	-	-
Pagamentos a fornecedores	-	-
Despesas administrativas e comerciais	-	-
Despesas financeiras	-	-
Impostos	-	-
Mão-de-obra direta	-	-
(=) Ingressos de recursos provenientes das operações	-	-
Recebimentos por vendas do imobilizado	-	-
(=) Total dos ingressos dos recursos financeiros	-	-
DESTINAÇÕES DE RECURSOS	-	-
Aquisição de bens do imobilizado	-	-
Pagamentos de Empréstimos bancários	-	-
(=) Total das destinações de recursos financeiros	-	-
Variação Líquida de Disponibilidades	-	-
(+) Saldo inicial	-	-
(=) Saldo final de Disponibilidade	-	-

Fonte: Yoshitake e Hoji (1997, p.153).

Verificamos na TABELA 7, a demonstração pelo método direto onde facilita ao usuário avaliar como está a solvência da empresa, mostram toda a movimentação dos recursos financeiros que a empresa possui, qual foi a origem desses recursos e onde esses recursos foram aplicados, então através da demonstração pelo método direto, o usuário poderá tomar suas decisões.

Já o método indireto que veremos na TABELA 8, ele faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelos recursos provenientes das atividades operacionais da empresa, estes porém não afetam o caixa da empresa.

Observaremos também, que segundo os autores Yoshitake e Hoji (1997, p.151), a demonstração pelo método indireto é semelhante ao da DOAR,

principalmente pela sua parte inicial, com isso faz se necessário um conhecimento maior de contabilidade por parte dos usuários, para que estes possam entender e interpretar os relatórios da referida demonstração oferecida pela contabilidade.

TABELA 8 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
ATIVIDADES	VALOR R\$	VALOR R\$
ORIGENS	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Mais:	-	-
Depreciações	-	-
Aumento em imposto de renda a pagar	-	-
Aumento em fornecedores	-	-
Menos:	-	-
Aumento em clientes	-	-
(=) Caixa gerado pelas operações	-	-
Venda do Imobilizado	-	-
(=) Total dos ingressos de Disponibilidade	-	-
APLICAÇÕES	-	-
Pagamento de Empréstimos bancários	-	-
Aquisição de Imobilizado	-	-
(=) Total das aplicações de Disponibilidades	-	-
Variação Líquida das Disponibilidades	-	-
(+) Saldo inicial	-	-
(=) Saldo final das Disponibilidades	-	-

Fonte: Yoshitake e Hoji (1997, p.151).

Os dois modelos apresentados pelos autores Yoshitake e Hoji (1997), tem a estrutura tradicional da demonstração do fluxo de caixa, sendo que o objetivo da demonstração do fluxo de caixa é de evidenciar as entradas e as saídas dos recursos financeiros das empresas.

2.3.5.1 Vantagens e Desvantagens do Método Indireto

Como já foi dito acima, o método indireto também chamado de método de reconciliação, ele concilia o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, é semelhante à DOAR, mostrando as variações geradas pelas operações, as origens e aplicações no caixa, é muito utilizado pela sua praticidade, transparência, podendo utilizar outras demonstrações como apoio.

Hernandez Peres Junior (2005), nos mostra na FIGURA 10 as vantagens e desvantagens em utilizar o Método Indireto.

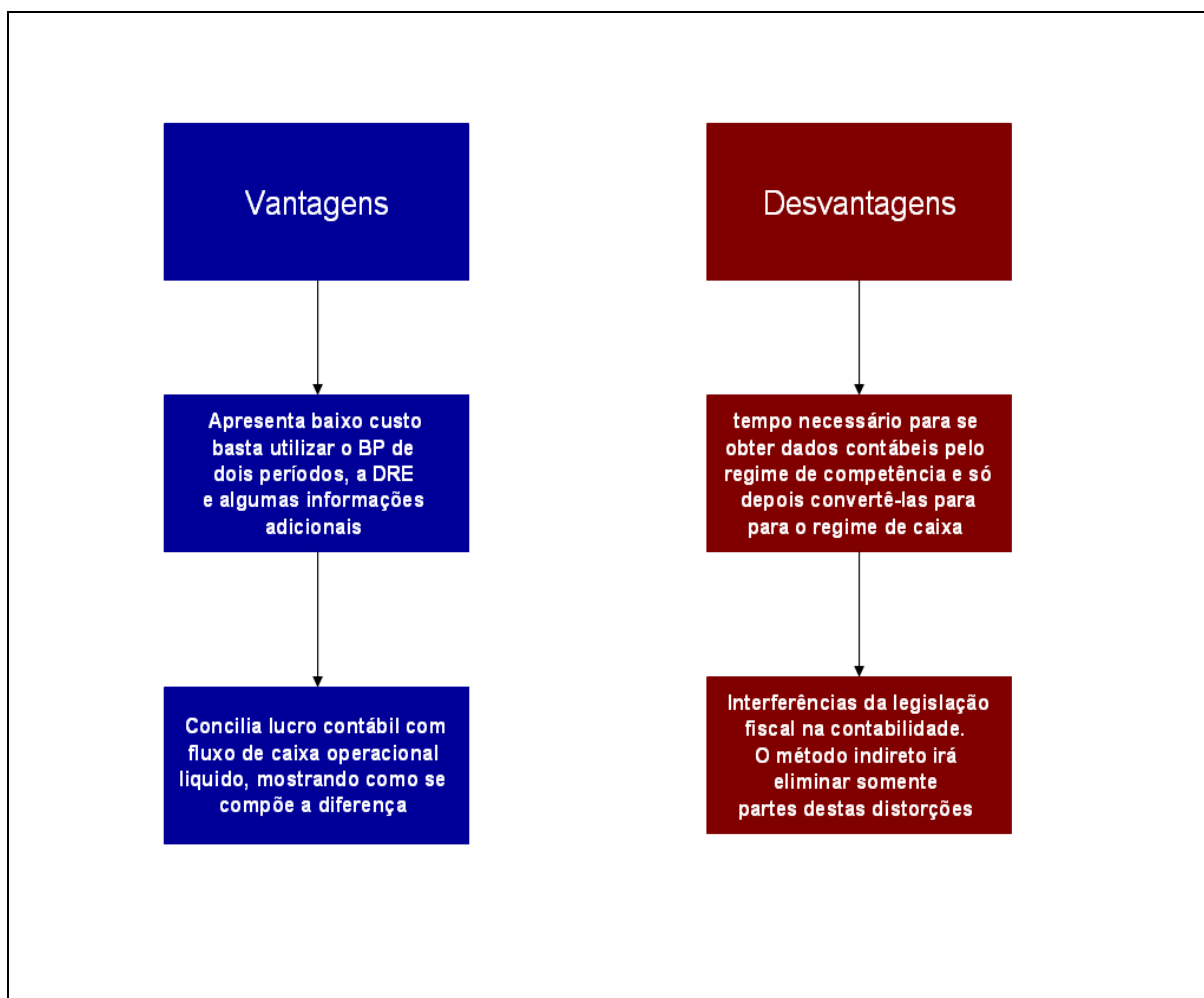


FIGURA 10 – Vantagens e Desvantagens do Método Indireto
Fonte: Hernandez Peres Junior, 2005.

2.3.5.2 Vantagens e Desvantagens do Método Direto

De acordo com Hernandez Peres Junior (2005, p. 247-249) o método direto “consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas”.

O Método Direto demonstra detalhadamente os dados reais das movimentações financeiras ocorridas no exercício, através de análises dos resultados e das contas patrimoniais, controle interno ou contabilidade financeira.

Ainda citando Hernandez Peres Junior (2005) ele nos mostra na FIGURA 11 as vantagens e desvantagens do método direto.

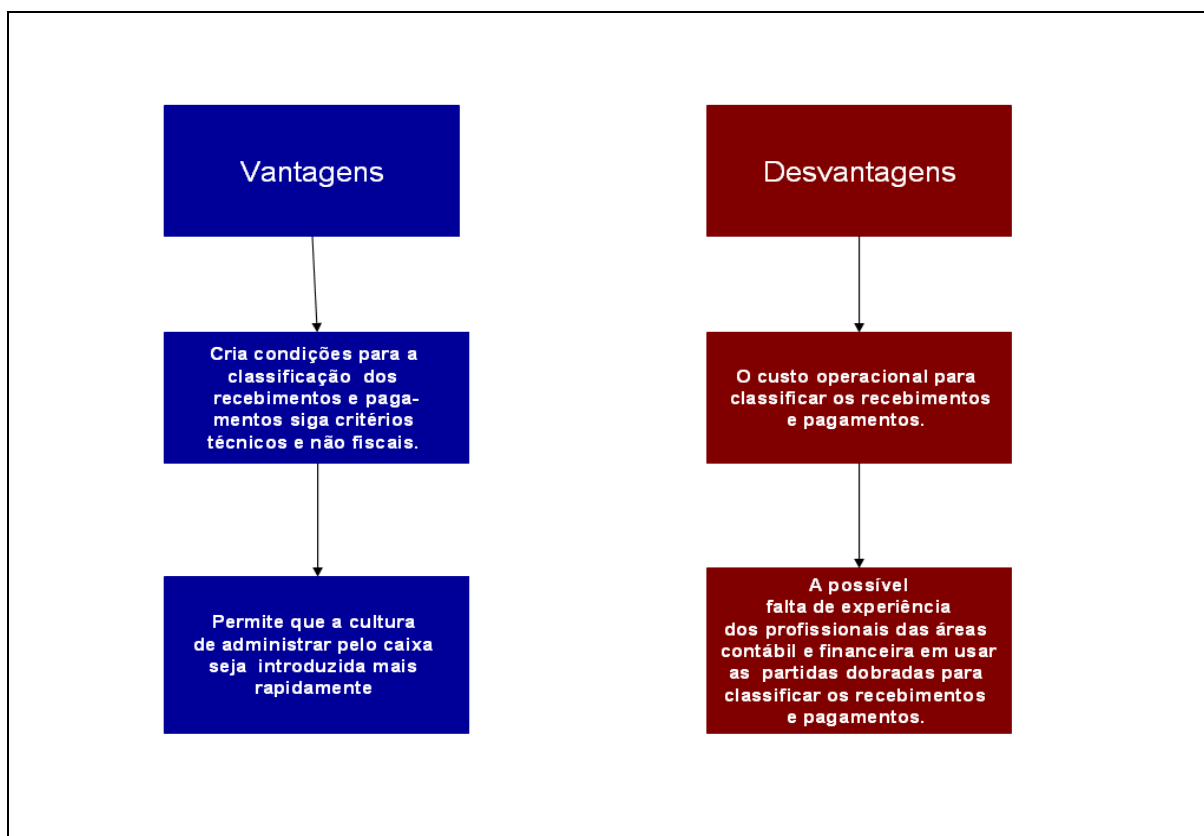


FIGURA 11 – Vantagens e Desvantagens do Método Direto

Fonte: Hernandez Peres Junior, 2005

Mesmo sabendo que este método é pouco usado pelos usuários da contabilidade, acreditamos ser mais fácil trabalhar sempre com dados reais, mostrando as entradas e saídas brutas das atividades operacionais, chegando a um saldo final líquido do caixa dentro daquele período.

2.3.6 As Principais Mudanças com a Lei Nº11638/2007

A Lei Nº 11638/07 foi promulgada em 28 de dezembro de 2007, que entrou em vigor em primeiro de Janeiro de 2008, alterando assim algumas regras contábeis da Lei Nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), principalmente nas empresas de grande porte terão que se adequarem a nova realidade da globalização contábil.

No QUADRO 5, mostraremos as mudanças que ocorreram após a Lei Nº 11.638/07. Observaremos também que antes da promulgação da Lei Nº 11.638/07 era feito a publicação e elaboração da DOAR e após a promulgação da Lei Nº 11.638/07 passou a vigorar a DFC, deixou-se então a elaboração e divulgação da DOAR e começou a ser elaborada e publicada a DFC.

Vimos que quanto a obrigatoriedade da DOAR as companhias fechadas com Patrimônio Líquido não superior a R\$ 1 milhão estavam desobrigadas a publicação da DOAR e já com a estão desobrigadas a publicar a DOAR e já após a Lei 11.638/07 que passou a vigorar a DFC, as companhias fechadas com Patrimônio Líquido inferior a R\$ 2 milhões ficam desobrigadas a publicar a DFC, isto mostra as diferenças de valores em questão da não obrigatoriedade. Também observamos outro fator que antes da Lei a DVA não eram exigidas e após a Lei passou a ser exigidas para as companhias abertas.

Outro fator marcante é sobre a questão da escrituração contábil, a qual antes da Lei Nº 11.638/07 era realizada conforme as normas e princípios contábeis ou poderia ser em livros auxiliares de acordo com a legislação e já a escrituração após a Lei Nº 11.638/07, deve ser seguida conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com eventuais alterações provenientes da legislação tributária ou podendo manter em livros auxiliares. Antes da promulgação da Lei, a CVM expedia normas contábeis de acordo com os princípios e após a Lei ela expedirá as normas contábeis conforme a Normas Internacionais de Contabilidade.

Antes da Lei Nº 11.638/07, as companhias fechadas não estavam obrigadas de aplicar as normas e resoluções da CVM, já após a Lei as companhias fechadas optaram em seguir as normas contábeis conforme a CVM.

Caso houvesse necessidade de ajustes contábeis, desde que fosse em algumas exceções e que fosse prevista na legislação tributária, seria permitido neste contexto, seria considerada na base de incidência dos impostos, mas não era feito aleatoriamente, teria que ter fundamentos como base para poder fazer os ajustes, já com a Lei em vigor os ajustes que serão necessários fazer, devido a mudança de norma contábil, esses ajustes não poderão ser considerados na base de incidência dos impostos.

Antes da Lei o Ativo Permanente era dividido em três subgrupos e após a Lei ele passou a ser dividido em quatro subgrupos, entrou o Intangível.

O Patrimônio Líquido após a Lei Nº 11.638/07, houve algumas alterações em suas contas, ou seja, foi substituído por novas.

Com a promulgação da Lei Nº 11.638/07, a conta prêmios recebidos na emissão de debêntures e as doações e as subvenções que faziam parte do subgrupo de contas de reservas de capital, após a Lei ela passou a fazer parte do grupo de contas de resultado.

Outro fator é a avaliação do Ativo, antes eram avaliados pelo custo do mesmo ou pelo valor do mercado, era verificado e o menor preço ele era avaliado, após a Lei permaneceu a mesma forma de avaliação, só em casos especiais que deverá ser contabilizado pelo valor de mercado. Já no passivo não houve alterações permaneceram da mesma forma, sobre as avaliações.

No que diz respeito sobre as operações de incorporação, fusão ou cisão da empresa, os saldos antes da promulgação da Lei eles poderiam ser registrados pelos valores que estavam nos registros contábeis já após a Lei, essas operações só poderão ser registrado pelo valor de mercado.

As empresas controladas eram avaliadas através do método da equivalência patrimonial, isso antes da Lei, e após a Lei além das controladas, aquelas que fazem parte do mesmo grupo e que são em comum, devem ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

2.4 Empresas

Há algum tempo atrás, usava-se muito a denominação de azienda para as empresas que, segundo RIBEIRO (2002, p. 34):

É uma palavra italiana que deriva de “agenda”, e etimologicamente “coisa a fazer”, em geral, negócios, ocupações, afazeres: complexo de obrigações, bens materiais e direitos que constituem um patrimônio, representado em valores ou com objeto de apreciação econômica, considerado juntamente com a pessoa natural ou jurídica que tem sobre ele poderes de administração e disponibilidade.

Além de aziende, as empresas também são denominadas de entidades, que tem um sentido mais abrangente. Existem diversos tipos de entidades, que se caracterizam pelos tipos de transações que efetua e da forma como se organiza.

A empresa é atividade organizada no sentido de que nela se encontram articulados, pelo empresário, os quatro fatores de produção: capital, mão-de-obra, insumos e tecnologia. Não é empresário quem explora atividade de produção ou circulação de bens ou serviços sem alguns desses fatores (COELHO, 2002, p.13).

As atividades de uma empresa são exercidas por um sujeito que o chamamos de empresário, que geralmente é ele que viabiliza o exercício da atividade por meio de um complexo de bens, direitos e obrigações.

Antes da lei 11.638/07	Depois da promulgação da lei 11.638/07
Publicação da DOAR	Publicação da DFC
As companhias fechadas com Patrimônio Líquido não superior a R\$ 1 milhão estão desobrigadas a publicar a DOAR	As companhias fechadas com Patrimônio Líquido inferior a R\$ 2 milhões estão desobrigadas a publicar a DFC
DVA – não era exigido	DVA – exigidas para companhias abertas
Escrituração contábil será efetuada de acordo com os princípios de contabilidade, podendo registrar nos livros comum. Ou em livros auxiliares os ajustes decorrentes da legislação tributária ou de legislação especificam sobre a atividade da sociedade.	A escrituração contábil será efetuada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Eventuais alterações oriundas da legislação tributárias ou especiais deverão ser mantidas em livros auxiliares.
A CVM expedirá normas contábeis de acordo com os principio de contabilidade geralmente aceitos.	A CVM expedirá normas contábeis em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).
Não havia obrigatoriedade de aplicação, pelas companhias fechadas, das normas e resoluções CVM.	As companhias fechadas poderão optar por observar as normas contábeis emanadas pela CVM.
Os efeitos de ajustes contábeis (com algumas exceções previstas na legislação tributária) serão considerados na base de incidência dos impostos.	Os efeitos de ajustes contábeis decorrentes da mudança de norma contábil não poderão ser considerados na base de incidência dos impostos.
Ativo permanente será dividido em Investimento ativo imobilizado e ativo diferido.	Ativo permanente será dividido em Investimento Imobilizado, intangível e diferido.
PL o será dividido em: capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.	PL será dividido em: capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
Os prêmios recebidos na emissão de debêntures, bem como as doações e as subvenções para investimento, podem ser registrados como reservas de capital.	Os prêmios recebidos na emissão de debêntures, bem como as doações e as subvenções p/ investimento, devem integrar o resultado do exercício.
Os ativos serão avaliados pelo seu custo ou pelos seus valores de mercado, dos dois o menor.	Os ativos serão avaliados pelo custo ou mercado, dos dois o menor. P/ rubricas específicas é aceita a contabilização pelo valor de mercado.
Os passivos serão avaliados de forma conservadora e acrescidos de todos os encargos, juros, multas, correções e valores cambiais.	Os passivos serão avaliados de forma conservadora e acrescidos de todos os encargos, juros, multas, correções, e valares cambiais.
Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, os saldos vertidos poderão ser registrados pelos valores contábeis.	Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, os saldos somente poderão ser vertidos a valor de mercado.
As controladas devem ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.	As controladas, sociedade que fazem parte do mesmo grupo que estejam sob influencia e controle comum, devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

QUADRO 5 – Comparativo das alterações da lei 11.638/07

Fonte: WEBARTIGOS, 2009

Na doutrina de Cassarro (1999, p.2), “empresa é uma entidade jurídica que tem como obrigação apresentar lucro, lucro este suficiente para permitir sua expansão e o atendimento das necessidades sociais.”

A empresa diante das palavras do autor, tem como objetivo gerar lucro necessário para a sua continuidade e fazendo que se expanda cada vez mais e que possa também atender as necessidades sociais.

Segundo Crepaldi (1998), empresa é uma associação de pessoas para a exploração de um negócio que produz e/ou oferece bens e serviços, com vistas, em geral, à obtenção de lucros. Ela pode ser particular, governamental ou de economia mista, além de poder ter diferentes formas jurídicas.

Ainda, de acordo com Franco (1991), empresa é toda entidade constituída sob qualquer forma jurídica para exploração de uma atividade econômica seja mercantil, industrial, agrícola ou prestação de serviços.

A empresa não pertence só aos sócios ou acionistas. A forma como conduz seus negócios reflete no desenvolvimento econômico e social da comunidade onde esta inserida.

Segundo Kinlaw (1998), empresa é a força contemporânea mais poderosa de que dispomos para estabelecer o curso dos eventos da humanidade, ela transcende as fronteiras e os limites do nacionalismo, exercendo influência predominante nas decisões políticas e sociais.

Sendo assim empresa é a célula base da economia e também são classificadas de acordo com o seu porte, e este porte influi no valor da cota capital.

2.4.1 Microempresas, Pequenas Empresas e Médias Empresas

As pequenas empresas são aquelas onde o próprio proprietário administra pessoalmente seu pequeno negócio, não sendo necessário ser auditado ou revisto.

Segundo o art. 2º do Estatuto, são consideradas como microempresas aquelas cuja receita bruta anual seja igual ou inferior à R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais), e como empresas de pequeno porte, as que tenham receita bruta anual de até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Segundo o artigo 966 do Código Civil Brasileiro, considera-se Microempresa, a pessoa física ou jurídica, ou a ela equiparada, que aufera receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) no ano.

Segundo o IBGE, a empresa de médio porte é caracterizada pela receita bruta anual de R\$ 2.400.000,00, (dois milhão e quatrocentos mil reais) e pela quantidade de funcionários que ela possui. Se for indústria, com 100 a 499 empregados, se for uma empresa comercial ou de serviços com 50 a 249 empregados.

De acordo com o simples Nacional, considera-se micro empresa, a pessoa jurídica que tenha auferido receita bruta igual ou inferior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) por ano. Apresentando um faturamento anual reduzido, ficando assim mais simplificado o pagamento dos impostos.

No Brasil foi introduzido desde 1997 de acordo com a Lei Nº 9.317, de 1996, onde estabelece que as microempresas e as empresas de pequeno porte podem optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, conhecido como Simples/Federal.

As microempresas, as empresas de pequeno porte e as de médio porte exercem um papel importantíssimo na economia brasileira, surgindo novas oportunidades de negócios, com várias firmas existentes, trazendo ocupação a um grande número de pessoas no mercado informal. Com a onda da globalização, essas empresas, precisam-se adaptar a nova realidade, contornando a competitividade atual do mercado, estando preparado a atender clientes de grande porte, usando a criatividade, agilidade, e planejamento nas tomadas de decisão.

2.4.2 Empresa de Grande Porte

Segundo o IBGE para Indústria a empresa é considerada de grande porte se tiver mais de 500 empregados. Se for Comércio ou Serviços o mais de 100 empregados. Mas não existe fundamentação legal sobre a classificação por quantidade de empregados.

De acordo com a Lei Nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000 no artigo 17-D estabelece que: “empresa de grande porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais)”.

De acordo com a Lei Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 no artigo Art. 3º estabelece que:

“Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)”.

A Empresa de Grande Porte como vimos nas citações anteriores, são aquelas que investem em qualidade, informatizada, com precisão em suas informações, sendo diferente das micro, pequenas e médias empresas, tendo várias características onde se diferenciam por ter estrutura maior, na capacidade de produção, faturamento, quantidade de empregados, até os lucros só se mostra após pagamentos dos impostos que também são maiores, estando sempre auditorada.

A seguir, apresenta-se a metodologia de Pesquisa.

3 METOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa qualitativa possui caráter exploratório, dada a necessidade de identificar preliminarmente, a visão de alguns gestores de empresas de grande porte instaladas no município de Juína-MT, em relação ao uso da DFC e do fluxo de Caixa propriamente dito.

Cervo e Bervian (2002, p.69) expõem que através da pesquisa exploratória, é possível realizar-se descrições precisas da situação e ao mesmo tempo, valorizar a descoberta existentes entre os elementos componentes da situação em análise. Dessa maneira, a seleção desta modalidade de estudo privilegiará a tomada de consciência em relação ao conhecimento detido pelos gestores estudados, em relação à duas importantes ferramentas contábeis/financeiras, que importam para o sucesso dos empreendimentos empresariais.

Expõem-se a seguir os critérios de seleção utilizados para a seleção dos objetos de estudo.

3.2 Seleção do objeto de estudo

Umberto Eco (2005, p. 10), define a monografia como “a abordagem de um só tema”. Para o autor, adoção dessa técnica de construção do saber, depende fundamentalmente de um princípio fundamental, “que é a restrição do campo, melhor e com mais segurança se trabalha” (p. 10).

Dessa maneira, verifica-se que para o atendimento do proposto no problema de pesquisa, nos objetivos gerais e específicos e nas hipóteses deste estudo, assim como para o privilégio do caráter da pesquisa acima proposto, a eleição de algumas empresas, no caso 10 (dez) organizações, legalmente registradas na JUCEMAT, devidamente indicadas pela ASCOM e enquadradas como empresas de grande porte, de acordo com a Lei N° 10.165, de 27 de dezembro de 2000, tornou-se necessária, para o aumento da assertividade da pesquisa.

Desta dezena, selecionou-se por meio de amostragem não-probabilística, 04 (quatro) organizações. A seleção privilegiou fundamentalmente o acesso aos diretores das empresas para a coleta de informações.

Optou-se para efeito de proteção das organizações entrevistadas, o sigilo de pesquisa, em razão da não obtenção de autorizações por escrito das empresas para o uso das suas marcas neste trabalho, mesmo porque as matrizes das entrevistadas não se situam no município de Juína – MT.

3.3 Método e Técnicas de pesquisa utilizadas

Conforme exposto, o presente estudo possui caráter exploratório, sendo apresentado na forma de monografia, o qual é um instrumento de apresentação do saber científico e do método, elemento que neste item interessa por impactar diretamente na seleção das técnicas de pesquisa. De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 25) o método científico “segue o caminho da dúvida sistemática, metódica (...) [se aproveitando ainda] a análise, a comparação e a síntese, os processos mentais de dedução (...)”.

Dessa maneira, a técnica de pesquisa que coordenará o presente estudo é a dedução. Ainda de acordo com os autores, esta técnica consiste na construção de “estruturas lógicas, por meio do relacionamento entre antecedente e conseqüente, entre hipótese e tese, entre premissas e conclusão” (p. 35).

Neste estudo, tem-se o antecedente como o gestor da empresa entrevistada e o conseqüente, como o aporte teórico apresentado neste estudo, que fundamentará a triangulação dos dados oriundos das entrevistas com as demandas propostas pela legislação vigente (Leis nº 6.404/1976 e nº 11.638/2007) e o corpo teórico pesquisado. O confronto entre ambos favorecerá o surgimento de respostas para as hipóteses propostas, assim como para o problema de pesquisa e objetivos geral e específicos.

3.4 Técnica de Coleta de Dados

Tanto Cervo e Bervian (2002), quanto Marconi e Lakatos (1990) afirmam que a coleta de dados possui importante no processo de captação dos insumos necessários para a realização do estudo científico.

Embora Marconi e Lakatos (1990, p. 30) alertem que a coleta se trata de uma “tarefa cansativa”, Cervo e Bervian (2002, p. 45) atestam que a coleta de dados é uma “(...) tarefa importante na pesquisa, envolve diversos passos, como a

determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta”.

Para a coleta de dados, neste estudo, utilizou-se duas técnicas: a entrevista pessoal e o questionário semi-estruturado (Cervo e Bervian, 2002, p. 46-48).

Para conhecimento, compartilha-se com o leitor que a entrevista foi realizada em 20 de junho de 2009 e o questionário semi-estruturado está disponível no Apêndice 1 deste trabalho.

3.5 Protocolo de pesquisa

Para efeito da realização desta pesquisa, utilizou-se o seguinte protocolo de pesquisa, abaixo detalhado:

1. Realização de contato com a ASCOM para o levantamento das empresas instaladas em Juina-MT;
2. Enquadramento das empresas indicadas, para definição do porte, de acordo com o disposto na Lei N° 10.165, de 27 de dezembro de 2000;
3. Seleção de 04 empresas, conforme exposto no item 3.2 da Metodologia;
4. Elaboração do questionário de pesquisa, conforme modelo disponível no Apêndice 1 deste trabalho.
5. Agenda de entrevistas pelo telefone com os executivos das empresas;
6. Realização da entrevista pessoal, utilizando o questionário semi-estruturado, em 20 de junho de 2009.
7. Tabulação dos questionários semi-estruturados e sua conversação em informações a serem analisadas e trianguladas com o aporte teórico.

3.6 Tratamento das informações

Após a coleta de dados obtidos através das pesquisas de campo, os dados serão tabulados e organizados na forma de informação, a fim de que possam ser triangulados com o aporte teórico proposto.

Triangulação para efeito de conhecimento, diz respeito à prática de conversação realizada entre a teoria (aporte teórico) e a prática (dados coletados através das entrevistas), que permite validar e oferecer conformidade à pesquisa.

De acordo com Neves (1996, p.2), “a triangulação pode estabelecer ligações entre descobertas, obtidas por diferentes fontes, ilustrá-las e torná-las mais compreensíveis (...)”.

3.7 Limitações da pesquisa

Em razão do tamanho da amostra, a presente pesquisa não pode ser generalizada, contudo, ela abre um importante precedente para a construção de novos estudos sobre o uso da DFC e do Fluxo de Caixa nas empresas.

A seguir, apresenta-se a Análise de Dados.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

4.1 O Fluxo de Caixa na visão das empresas de grande porte no município de Juína – MT.

4.2 O Perfil das empresas pesquisadas no município de Juína – MT.

As empresas analisadas são constituídas na forma de Sociedade Limitada, sendo compostas por um quadro societário que possui em média 03 (três) sócios cada uma, conforme informações oferecidas pelos gerentes entrevistados.

Além disso, as organizações estudadas atuam no mercado juinense há cerca de 16 anos, sendo que suas matrizes estão localizadas fora do município de Juína⁷. Assim, para efeito do estudo, as sedes delegaram a oferta de insumos de pesquisa aos seus funcionários de média gerência, que atuam nas respectivas filiais instaladas no município de Juína-MT.

As filiais em estudo, por sua vez, possuem sede própria e são compostas por um quadro médio de 20 empregados cada um, que atuam em diversos setores, tais como: Administração, Gerência, Financeiro, Vendas, Cobranças e Entrega. Das empresas entrevistadas 02 (duas) são do ramo de Auto Peças Novos para Veículos Automotores, 01 (uma) é do ramo de Motocicletas e Motonetas Novas e 01(uma) é do ramo Medicamentos Veterinários.

4.3 Analise da visão dos gerentes das empresas de grande porte em relação à DFC, Fluxo de Caixa e outros.

A elaboração deste trabalho nos levou várias reflexões sobre o conteúdo teórico, por este motivo sentimos a necessidade de abordar esses conceitos de forma prática, então elaboramos um questionário para coletar dados através das respostas dos entrevistados.

4.3.1 Tempo de atuação no mercado de trabalho

⁷ As matrizes das organizações em estudo estão localizadas nos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

Ao serem abordados sobre o tempo de permanência no município, verificou-se que 100% dos estabelecimentos já estão instalados em Juína há mais de 13 anos, conforme se pode observar na FIGURA 12.

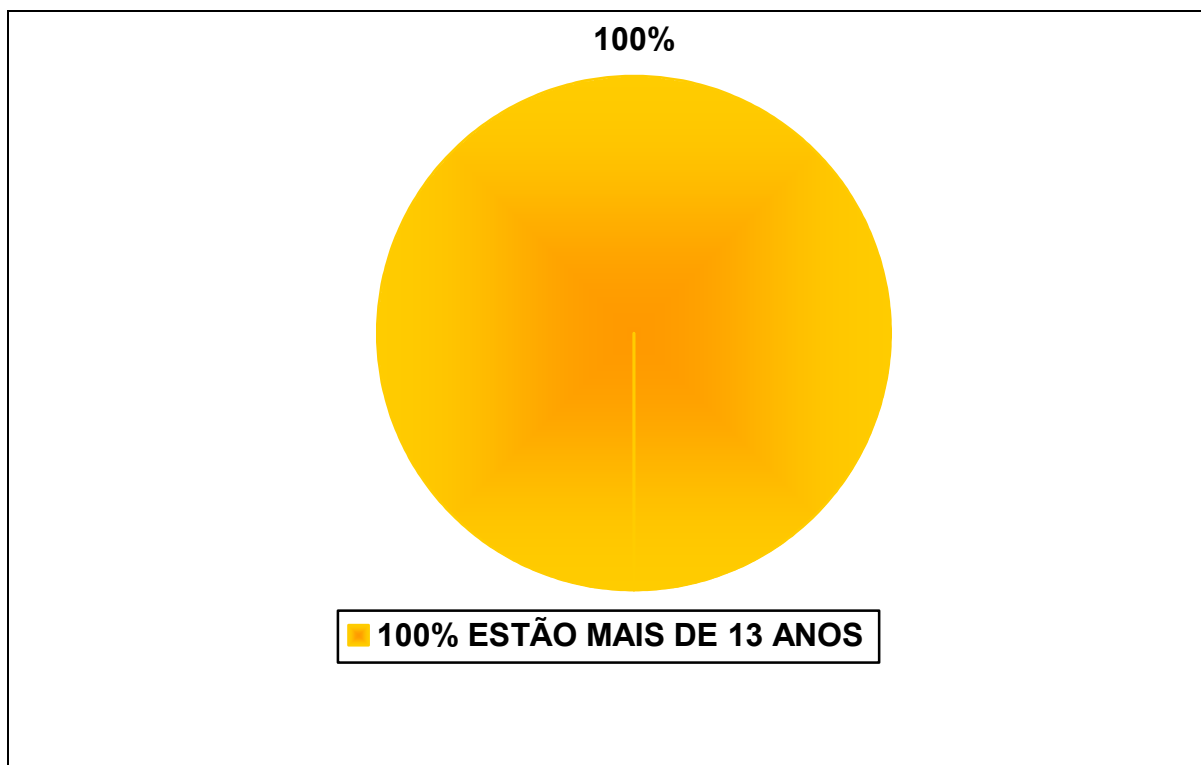


FIGURA 12 – Tempo de atuação no mercado Juinense.
Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

Esta pergunta foi elaborada para termos uma idéia do tempo de evolução de cada empresa, podemos observar através desta pergunta que a maioria delas obteve grande mudança, tiveram interesse em mudar desde o aspecto físico da empresa até a parte organizacional.

4.3.2 Crescimento e desenvolvimento adquirido no período em que a empresa está no mercado

Quando perguntamos se consideram que a empresa obteve crescimento e desenvolvimento no período em que está inserida no mercado, responderam que:

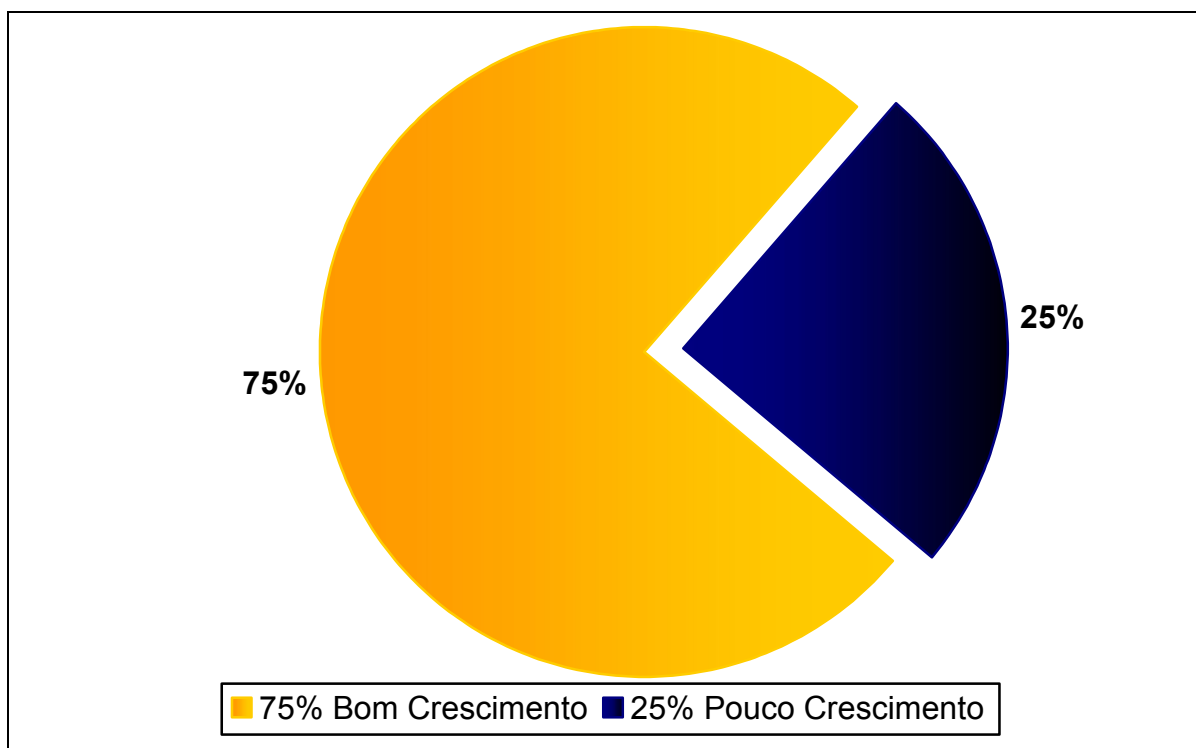


FIGURA 13 – Crescimento e desenvolvimento adquirido no período em que a empresa está no mercado

Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

De acordo com a FIGURA 13 75% das empresas pesquisadas acreditam que tiveram um bom crescimento e um bom desenvolvimento durante o período que estão inseridas no mercado. Associam este crescimento à localidade da empresa, outros acreditam que é devido ao conhecimento adquirido ao longo dos anos. Os outros 25% dos entrevistados acreditam que sua empresa cresceu pouco e atribuíram o pouco crescimento que tiveram à crise econômica e financeira que o país atravessa, argumentando que o governo não oferece subsídios e segurança aos empresários, afirmaram que o governo só beneficia aos seus próprios interesses.

4.3.3 Contabilidade é realizada dentro da empresa.

Quando questionamos se a contabilidade é realizada dentro da empresa.

De acordo com a FIGURA 14 75% das empresas pesquisadas realizam a contabilidade internamente e com isso acreditam que é uma forma de saber com mais precisão e em tempo hábil de como está a situação da empresa através dos relatórios oferecidos por ela, eles podem tomar decisões com mais segurança. Os outros 25% dos entrevistados não realizam a contabilidade internamente, eles

terceirizam este tipo de serviço, argumentaram que a contabilidade internamente é um custo maior para a empresa.

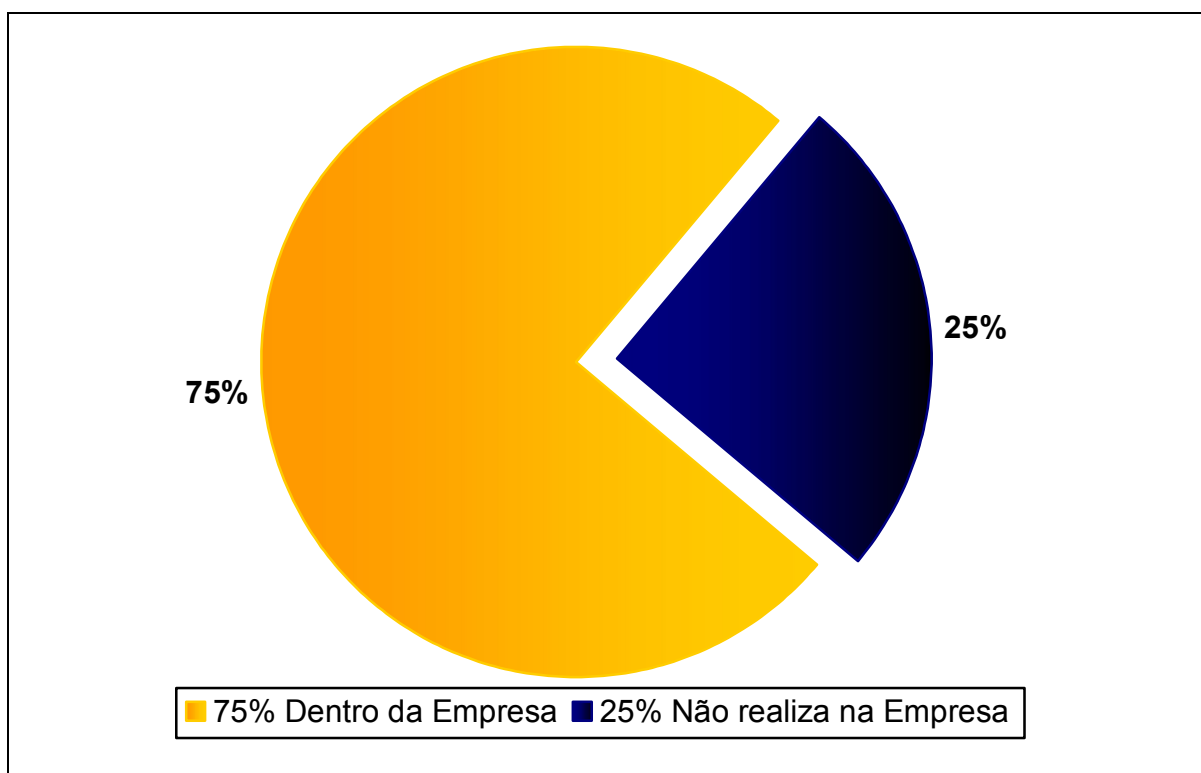


FIGURA 14 – Contabilidade é realizada dentro da empresa.

Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

Gomes (2000, p. 1) destaca a expectativa dos usuários quanto à divulgação contábil afirmando: “A contabilidade como instrumento fundamental no processo de mensuração e meio de comunicação (...) não pode dar margem à confusão ou interpretação equivocada”.

Vimos então segundo o autor que a contabilidade serve como forma de objeto de tomada de decisão, mas para isso deve ser bem planejada, elaborada e com clareza obedecendo as normas e princípios contábeis, para que as pessoas interessadas possam interpretá-las para não tomar decisões erradas e equivocadas.

Segundo Iudícibus (1995, p. 21) Objetivamos ainda que, “demonstrar os horizontes da contabilidade e como seus dados auxiliam a administração de recursos econômicos e financeiros na tomada de decisão”.

Observamos como é fundamental ter uma contabilidade bem elaborada, e com os dados extraídos da mesma ela auxilia os administradores a tomar decisões precisas.

4.3.4 Conhecimento sobre as ferramentas que a contabilidade fornece aos seus usuários.

Perguntamos às empresas pesquisadas se as mesmas têm conhecimento de alguma ferramenta que a contabilidade fornece para as empresas. Responderam da seguinte forma:

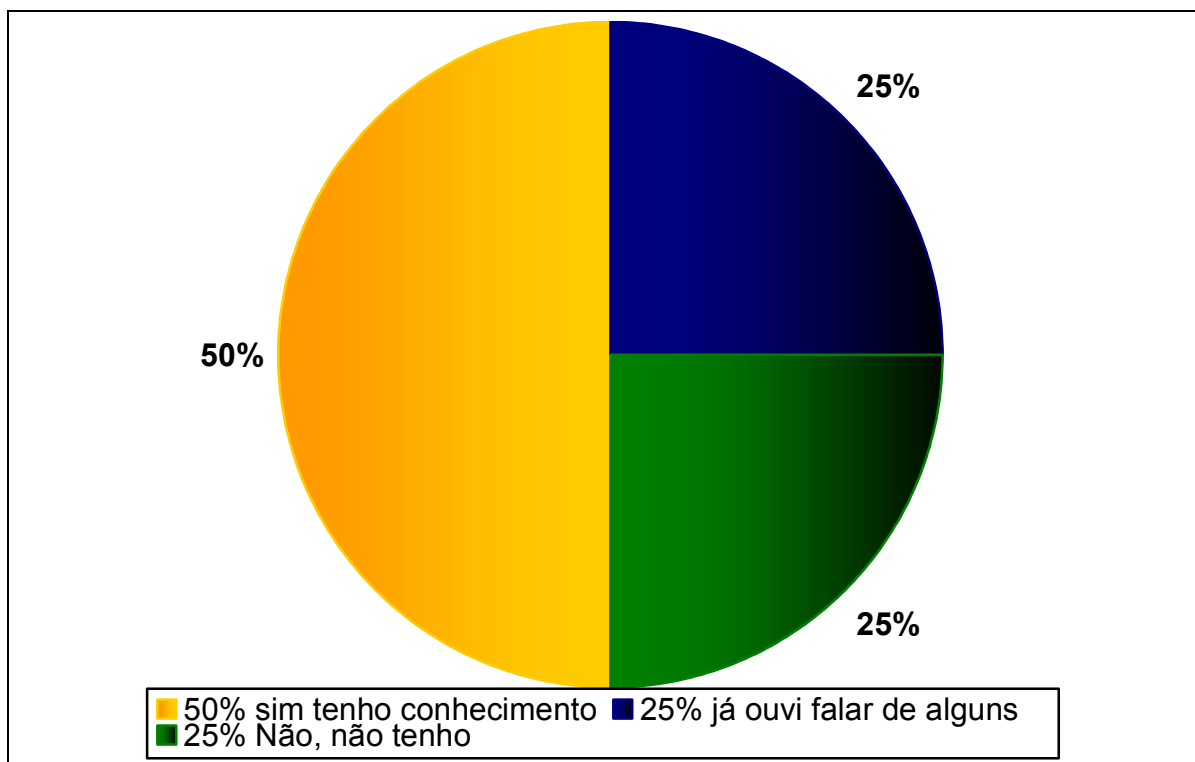


FIGURA 15 – Conhecimento sobre as ferramentas que a contabilidade fornece aos seus usuários.
Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

De acordo com a FIGURA 15 50% das empresas pesquisadas tem conhecimento dos relatórios que a contabilidade fornecem, 25% dos entrevistados falaram que já ouviram falar de algum tipo de relatório fornecido pela contabilidade e já 25% deles alegaram que nunca ouviram falar de nenhum tipo de relatório que a contabilidade oferece.

Segundo Marion (2003, p. 23) fala que “a utilização das informações fornecidas pela Contabilidade faz as decisões gerenciais serem de extrema importância para a sobrevivência da própria empresa e que irão auxiliar a tão esperada tomada de decisões”.

Diante das palavras do autor observamos então que os relatórios contábeis devem estabelecer de modo para gerar informações satisfatória para as necessidades dos diversos usuários, sabendo que estes relatórios devem fornecer

informações com segurança e credibilidade. Estes relatórios informam aos seus usuários os fatos registrados pela contabilidade em um determinado momento.

4.3.5 A empresa possui controle financeiro.

Quando questionamos se a empresa possui controle financeiro, responderam:

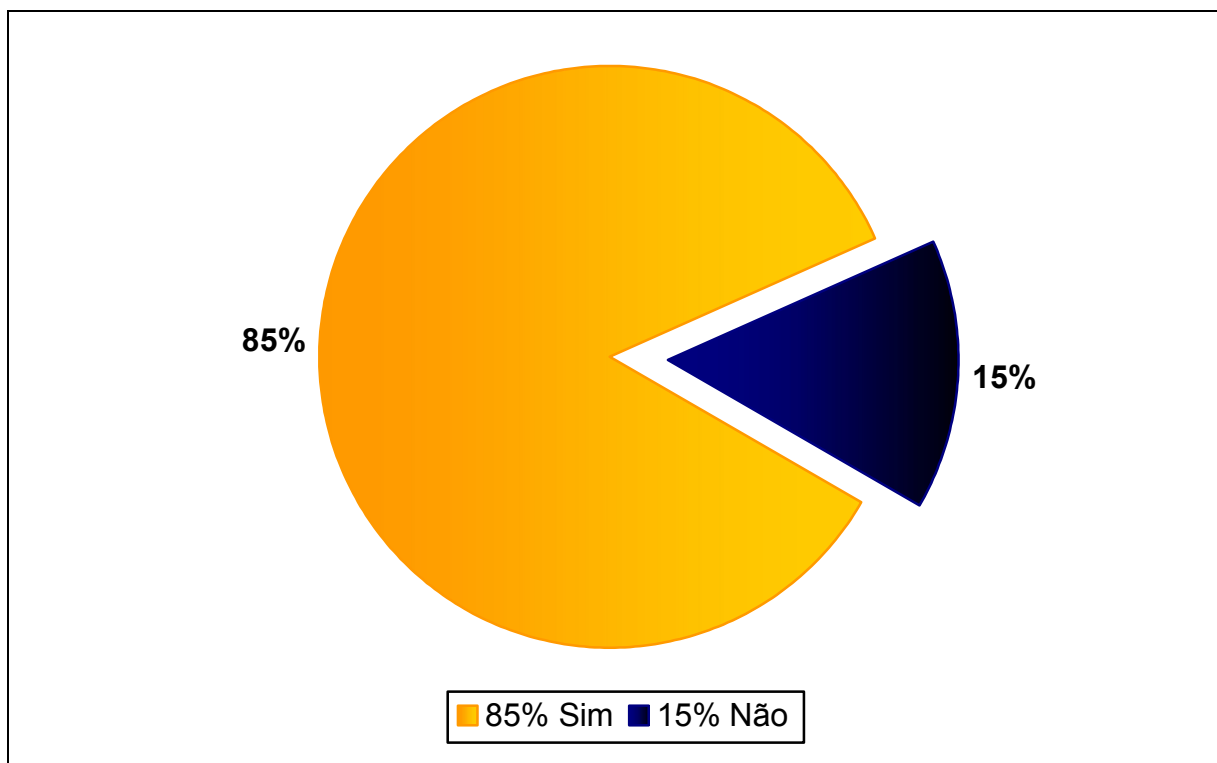


FIGURA 16 – A empresa possui controle financeiro

Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

Podemos observar que 85% das empresas pesquisadas responderam que sim e as outras 15% que não. A finalidade desta pergunta foi direcionada ao controle interno. 15% dos entrevistados não mencionaram nenhum tipo de controle financeiro.

O fluxo de caixa tem a vantagem de: providenciar recursos para atender aos projetos de implantação, expansão, modernização ou localização industrial e ou comercial; analisar a conveniência de serem comprometidos os recursos pela empresa e participar e integrar todas as atividades da empresa, facilitando assim os controles financeiros". (ZDANOWICZ, 1986, p. 41).

A empresa que tem um controle financeiro, ela além de indicar caminhos que levam a alcançar os objetivos por ela estabelecido tanto a curto como a longo prazo, cria estruturas de controle que envolvem todas as suas atividades, tanto as

atividades operacionais como as não-operacionais. Portanto o controle financeiro torna-se uma ferramenta importante para controlar as finanças de uma organização.

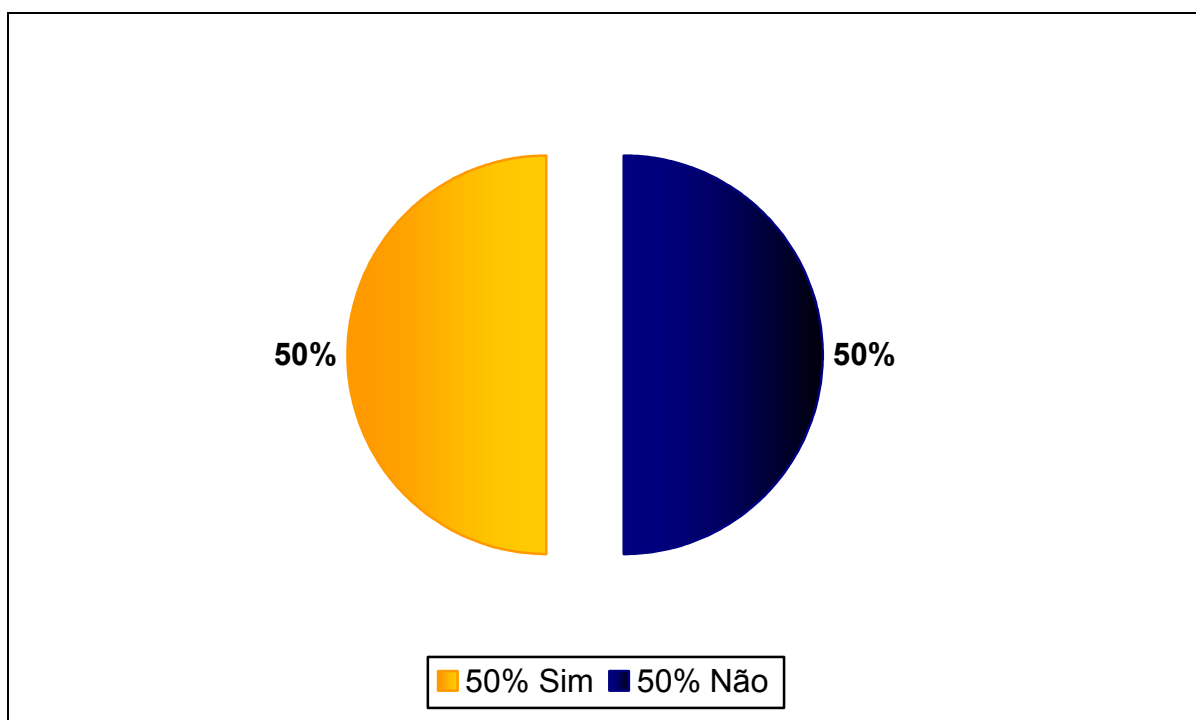


FIGURA 17 – Sobre conhecimento ou se já ouviu falar sobre o que é DFC
Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

4.3.6 Sobre conhecimento ou se já ouviu falar sobre o que é Demonstração de Fluxo de caixa – DFC.

Perguntamos às empresas pesquisadas se já tinham ouvido falar ou tinham algum conhecimento sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme pode-se observar na FIGURA 17.

Analisando a figura, percebemos que 50% das empresas disseram ter conhecimento sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa e os outros 50% responderam que não. Diante das respostas notamos que a metade das empresas pesquisadas tem conhecimento sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Para Iudicibus e Marion (2004, p.143) de forma considerada a “Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e, ainda o Resultado do Fluxo Financeiro”.

Vimos então que a Demonstração do Fluxo de Caixa é um relatório onde vai mostrar para o interessado a essas informações qual é a origem do dinheiro que entrou na empresa, e também onde é que foi aplicado o dinheiro que saiu da empresa, esta é uma forma a qual pode se ter um controle mais preciso do que entra e sai da empresa.

4.3.7 Considera o fluxo de caixa importante para a tomada de decisão

Ao perguntarmos se considera a demonstração do fluxo de caixa uma ferramenta importante para o crescimento e o desenvolvimento da sua empresa, conforme se pode observar a FIGURA 18.

Podemos observar que 25% dos entrevistados responderam que sim, que a demonstração do fluxo de caixa é importante para a tomada decisão e inclusive faz uso da mesma, 25% também responderam sim, mas que não façam uso da mesma para tomarem decisões, 25% responderam que não conheçam e não façam uso da mesma e os outros 25% simplesmente não responderam. Notamos que 50% das empresas tem uma visão da demonstração do fluxo de caixa.

O fluxo de caixa constitui-se em instrumento essencial para que a empresa possa ter agilidade e segurança em suas atividades financeiras. Logo, o fluxo de caixa deverá refletir com precisão a situação econômica da empresa em termos financeiros futuro. (ZDANOWICZ, 1986; p.15).

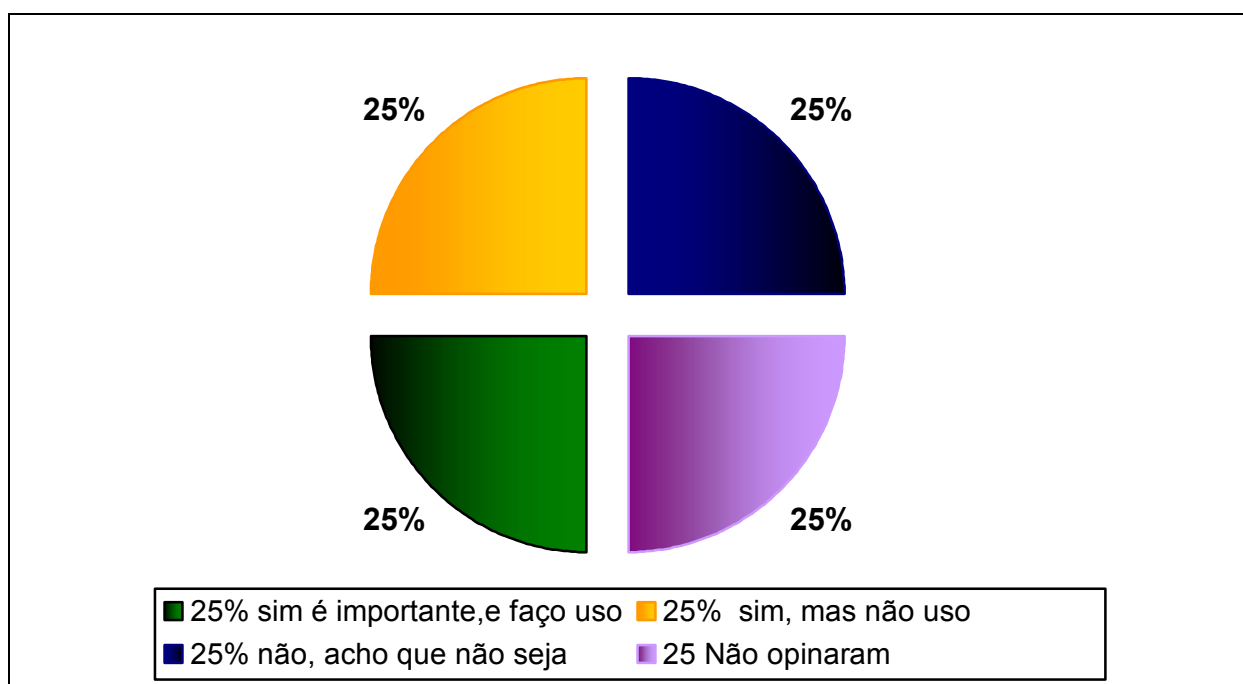


FIGURA 18 – Considera o fluxo de caixa importante para a tomada de decisão
Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

O fluxo de caixa é um relatório essencial onde vai mostrar à empresa a agilidade que a mesma terá e segurança nas suas atividades financeiras no momento de tomar alguma decisão, ele não só mostrará a situação passada e presente da empresa, mas sim mostrara uma projeção de futuro sobre a situação financeira.

4.3.8 Relatórios financeiros que esta empresa utiliza para tomar decisão.

Ao perguntarmos quais são os relatórios utilizados pelos mesmos para tomarem decisão, conforme FIGURA 19.

Diante das respostas dos entrevistados observamos que 25% deles utilizam o relatório do fluxo de caixa, não ficou claro se os mesmos se utilizam deste relatório devido a perguntas anteriores e sobre a explanação do que seria este relatório e de como é importante a sua utilização, 25% deles falou que utilizam o balanço patrimonial para suporte de tomada de decisão, outros 25% utiliza do livro conta corrente, que faz o controle do que entra e do que sai, verifica o que tem em caixa e a partir dali que toma as suas decisões e 25% não se utiliza de nenhum relatório.

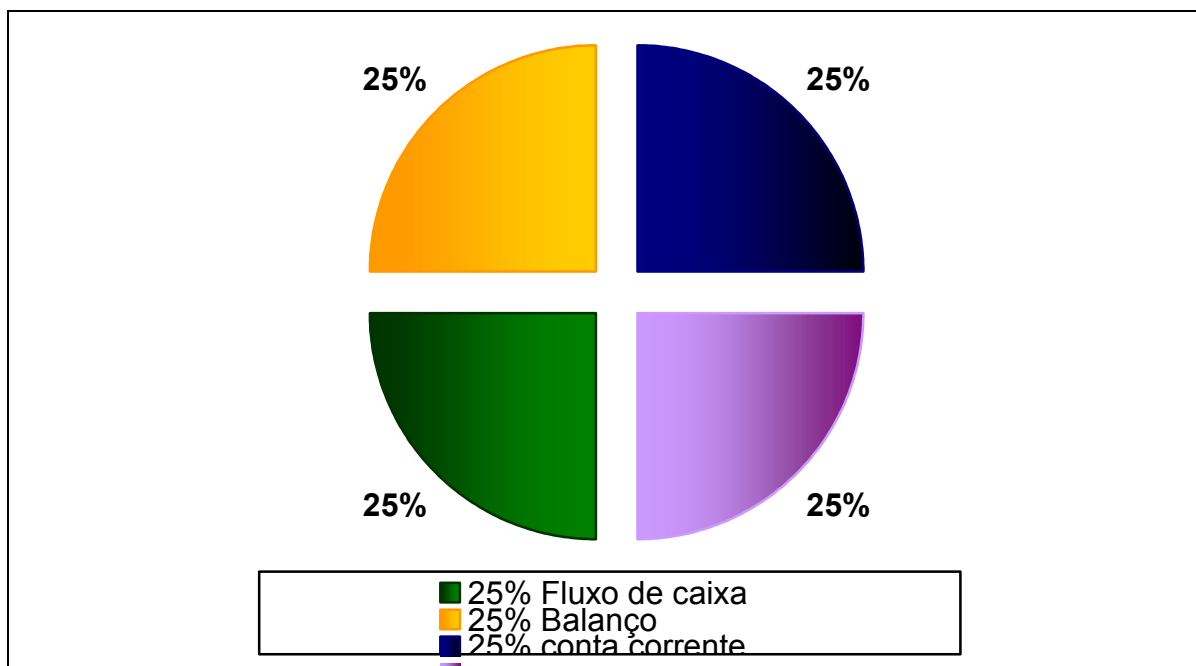


FIGURA 19 – Relatórios financeiros que esta empresa utiliza para tomar decisão
Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

Os relatórios contábeis são fundamentais para as empresas terem embasamento para tomar qualquer tipo de decisão, eles fornecem informações sobre a operacionalidade em um determinado período.

4.3.9 Relevância da Demonstração do Fluxo de Caixa para a correta gestão financeira e contábil da empresa e aspectos gerais sobre estruturação do setor financeiro da empresa.

Verificou-se por meio da entrevista que todos os gestores entrevistados concordam que a DFC é importante para a correta gestão financeira e contábil da empresa.

“Sim, com certeza ela é relevante, mas desde que seja bem elaborada para que o gestor não se precipite e tome algumas decisões errôneas” (Gerente Empresa do Setor de Auto Peças 1, 2009).

“Sim, ela oferece demonstrações da situação do dia-a-dia, além de projeções do futuro e [necessidade] de empréstimos”. (Gerente Empresa do Setor de Peças 2, 2009).

Quanto à estrutura do setor financeiro das entrevistadas, verificou-se que todas possuem um organograma funcional bastante dinâmico, uma vez que o setor é integrado aos demais.

“O setor financeiro da empresa é a parte onde duas pessoas estão o tempo todo no controle do fluxo das entradas e saídas, a empresa ela está dividida por departamentos, sendo o departamento de vendas, compras, entregas, financeiro e a administração” (Gerente Empresa do Setor de Auto Peças 1, 2009).

Esta estrutura dinâmica, formada por uma equipe de pelo menos 04 (quatro) funcionários dedicados ao departamento financeiro, facilita de certa forma a gestão do fluxo de caixa, conforme veremos a seguir.

4.3.10 Periodicidade na análise do fluxo de caixa para a organização, bem como conhecimento em torno da Lei nº 11.638/2007.

As maiores das entrevistadas, normalmente, realizam a análise do fluxo de caixa diariamente, ainda que seja apenas para efeito de cumprimento de normas internas da organização.

“[Análise] 01 vez por semana” (Gerente do Setor de Motocicletas, 2009).

“A questão da periodicidade não tem um prazo estipulado, mas assim que a empresa necessita deste relatório dentro de um prazo de 24 horas [, ele] está em minhas mãos” (Gerente Empresa do Setor de Auto Peças 1, 2009).

“Diário” (Gerente de Empresa do Setor de Produtos Agropecuários, 2009).

Já em relação ao conhecimento da Lei nº 11.638/2007, a maioria afirmou que também conhece o novo aparato legal, embora verifique-se que há uma dificuldade de compreensão da aplicabilidade da Lei, no ponto de vista de alguns entrevistados.

“Já ouvi falar sobre esta Lei e também já andei lendo sobre a mesma, acredito que seja importante de sabermos no mínimo o conceito e para que ela serve, não precisamos ser contadores para correremos atrás das regras que regem a contabilidade.” (Gerente Empresa do Setor de Auto Peças 1, 2009).

Perguntado sobre a difusão da informação da Lei nº 11.638/2007 por parte do contador da organização, verificou-se que a maioria não obteve a informação através do profissional de contabilidade.

“Não, faz só uma parte da contabilidade” (Gerente do Setor de Motocicletas, 2009).

“Foi passado aos diretores da empresa, a partir deste ano, pelo auditor geral” (Gerente Empresa do Setor de Peças 2, 2009).

“Não e sim. Não, porque como expus na resposta anterior [questão sobre conhecimento da Lei nº 11.638/07], eu sempre procuro ler e saber o que está se passando, foi então que li sobre esta obrigatoriedade. Só assim questionei este assunto e o mesmo [o contador] explanou, deixando então claro sobre a dúvida se será obrigado ou não e qual empresas que estariam obrigadas a utilizar a DFC” (Gerente Empresa do Setor de Auto Peças 1, 2009).

Neste sentido, verifica-se que há uma preocupação em relação ao fluxo de caixa e respectivamente o uso da DFC no âmbito da organização.

4.3.11 Conhecimento em torno do fluxo de caixa operacional e extra-operacional, captação de recursos e uso de capital de giro de reserva.

Verificou-se que houve quase um consenso entre as entrevistadas em relação ao desconhecimento do que seria um fluxo de caixa operacional e um fluxo de caixa extra-operacional.

“Não tem conhecimento [fluxo de caixa operacional]”(Gerente do Setor de Motocicletas, 2009).

“Não tem conhecimento, mas acha que seja algo que esteja fora de seu planejamento [fluxo de caixa extra-operacional]” (Gerente do Setor de Motocicletas, 2009).

Esta informação acena que ainda há a necessidade de lapidar a visão dos gestores em relação à ferramenta. Observa-se, entretanto, que o desconhecimento pode ser restrito à nomenclatura, já que na área de administração financeira, o fluxo de caixa representa a análise de recursos financeiros existentes, remetendo à liquidez.

De modo geral a captação de recursos é centrada no financiamento próprio, sendo que a captação poder-se-á dar por meio da transferência de dinheiro entre matriz e filial, mediante o pagamento de juros definidos internamente. Todas afirmaram que trabalham com capital de giro de reserva.

Após a análise dos dados, apresenta-se a triangulação das informações obtidas em campo, com o referencial teórico.

4.3.12 Guisa ao fechamento: análise das informações, à luz do referencial teórico.

Através desta pesquisa podemos observar que, considerando a necessidade de gerar lucros, torna-se de suma importância, nas organizações, um gerenciamento eficaz, que pode ser facilitado pela implantação de uma contabilidade adequada à empresa.

A DFC é importante frisar que todo o conteúdo e a estrutura da elaboração e da publicação devem obedecer a uma normalização e uniformização garantindo a relevância e credibilidade das informações geradas, além de resguardar a análise comparativa com demonstrativos de outras organizações.

Verificamos conforme o FIGURA 12, que 100% dos entrevistados estão há mais de 13 anos no mercado, isso se deve pelo fato de terem escolhido a atividade conforme a região a qual se inseriram, esse é um ponto fundamental para as empresas de que elas deveriam examinar, pesquisar e analisar o local. Isto ficou evidente quando é analisado o FIGURA 13 que 75% dos entrevistados tiveram um bom crescimento neste período em que estão no mercado, somente 25% dos entrevistados falaram que não tiveram um bom crescimento, isso deve ter ocorrido pelo fato de não se preocuparem muito em investir no negócio. Uma empresa é

constituída para produzir ou comercializar bens ou serviços e que possui objetivos próprios e fins lucrativos. A empresa mesmo que de forma simples ela esteve atrelados há tempos bem remotos quando o homem já se organizava em sociedade para trocar suas mercadorias a fim de atender as suas necessidades.

Quando questionamos para os entrevistados se a contabilidade era realizada dentro da empresa ou se a mesma era terceirizada, dos entrevistados 75% responderam que tem a contabilidade internamente e 25% falaram que não, que terceirizam alegando que para a empresa seria um custo menor, que pagar um contador para realizar os serviços contábeis custaria mais para a empresa, por isso optaram pela terceirização desse tipo de serviço.

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribui sobremaneira para a tomada de decisões. (MARION, 2003, p. 23).

Diante do que o autor nos colocou vimos a importância da utilização das informações que são fornecidas pela contabilidade, essas informações fazem com que as decisões a serem tomadas se tornem mais seguras. Para isso deve-se então procurar qual é o foco, o que é mais importante para a tomada de decisão, as tomadas de decisões, os gestores se baseiam em um sistema de informação que é onde se processa os dados e esses dados são transformados em informações contábeis a qual são os relatórios onde que os usuários da contabilidade se utilizarão dos mesmos.

Padoveze (1996, p. 44) cita que “o contador tem que respeitar a posição do usuário e sua forma de enxergar e utilizar a informação contábil”. Tanto o excesso como as organizações impróprias das informações distribuídas em relatórios poderão virar ferramentas gerenciais inúteis.

Os relatórios contábeis são essenciais para o processo decisório, mas nem todos sabem de sua existência e de sua importância, como podemos observar no FIGURA 15, que quando questionamos aos entrevistados se os mesmos têm algum conhecimento de algum tipo de relatórios 50% disserem que tem conhecimento, 25% ouviram falar sobre os relatórios oferecidos pela contabilidade e 25% nunca ouviram falar sobre os relatórios.

Conforme Marion (2003, p. 23) “a utilização das informações fornecidas pela Contabilidade faz as decisões gerenciais serem de extrema importância para a

sobrevivência da própria empresa e que irão auxiliar a tão esperada tomada de decisões”.

Os relatórios assumem as mais diferentes formas de informação, sejam elas através de planilhas, textos, tabelas, gráficos, e visam atender às necessidades exigidas por usuários. Por isso, deverão ser elaborados por profissionais capazes de transformá-los em informações úteis.

Ao questionarmos se os mesmos possuem algum controle financeiro, observando a FIGURA 16 podemos constatar que dos entrevistados 85% falaram que possuem este controle e 15% responderam que não possuem, diante dos 15% vimos por que muitas empresas não conseguem nem chegar no primeiro ano de funcionamento, por que uma empresa sem nenhum controle fica difícil saber como esta a sua situação financeira e não podem tomarem nenhum tipo de decisão acerca da empresa ou quando tomam acabam tomando decisões erradas.

DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro. Por meio do planejamento financeiro, o gerente saberá o momento certo em que contrairá empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro. (Ludicibus e Marion 2004, p. 143).

Vimos através da citação do autor como é importante se ter um controle financeiro em uma empresa, por meio deste controle o administrador ou gerente saber a hora certa que poderá contrair alguma dívida para cobrir alguma falta de fundo ou também fazer algum tipo de aplicação, ele terá embasamento para isso, caso contrario ficara difícil trabalhar sem nenhuma segurança.

Freqüentemente estamos tomando decisões: a que hora iremos levantar, que roupa iremos vestir, qual o tipo de comida iremos comer, a que programa iremos assistir, qual trabalho iremos desenvolver durante o dia etc. Algumas vezes, são decisões importantíssimas: o casamento, a carreira, a aquisição de casa própria para exemplificar. Evidentemente, essas decisões mais importantes requerem cuidado maior, análise mais profunda sobre os elementos (dados) disponíveis, sobre os critérios racionais, pois uma decisão importante mal tomada pode prejudicar toda uma vida. (MARION, 2003, p. 23).

Firmando com as palavras do Marion da importância de se ter um controle em uma empresa para que a mesma tome decisões certas.

Diante da resposta dos entrevistados sobre os controles financeiros observados no FIGURA 16, levantamos o seguinte questionamento, se os mesmos tinham conhecimento ou se já ouviram falar sobre a DFC, e obtivemos a resposta conforme o FIGURA 17 nos mostra que 50% já ouviram falar e que os mesmos tem

conhecimento, já os outros 50% disseram que não ouviram falar e que não conhecem, através das respostas entendemos por que as vezes as empresas tomam decisões errôneas, por falta de conhecimento das ferramentas oferecidas pela contabilidade como é o caso da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Conforme Queji, (2002 apud Assaf Neto e Silva, 1997); afirmam que o fluxo de caixa não deve ser preocupação exclusiva da área financeira, mas sim de todos os setores da empresa.

Vimos então que o fluxo de caixa não só tem a finalidade de controle sobre a área financeira da empresa, mas sim num todo.

A contabilidade está vinculada às mudanças sociais que ocorrem ao longo dos anos e que a cada nova mudança exige-se da contabilidade nova postura na divulgação das informações geradas, visando suprir os anseios de informações requeridas pelos seus usuários. Não resta dúvida que o cumprimento da missão da Contabilidade tornou-se mais difícil de ser alcançado, já que cada usuário deseja um conjunto específico de informações que possam suprir seu modelo decisório. (IUDÍCIBUS, 1995, p. 21)

O Profissional Contábil tem, além da missão de acabar com o estigma antigo de que o Contador é o mal necessário e só serve para calcular os impostos do governo; de estar sempre atualizado profissional e tecnologicamente para oferecer aos seus clientes, os gestores e as empresas, conhecimentos e ferramentas que possa ajudá-los a gerir seus empreendimentos de forma segura e no caminho do crescimento.

Levantamos junto as entrevistas sobre a importância da DFC como ferramentas para a tomada de decisão, diante da exposição da FIGURA 18 tiveram as seguintes respostas, 25% deles sim, acham que é importante e fazem uso da mesma, 25% sim é importante mas que não usam, 25% falaram que não é importante como ferramenta para a tomada de decisão e 25% dos entrevistados não opinaram sobre a sua importância. Diante das colocações de cada entrevistado vimos como as empresas não fazem utilização dos relatórios para tomarem decisões, isso ficou claro quando foi feito o questionamento sobre quais são os relatórios utilizados pelos mesmos na tomada de decisão apresentado no gráfico 08, que 25% deles se utilizam do Fluxo de Caixa, 25% do Balanço Patrimonial, 25% do livro conta corrente e 25% não faz uso de nenhum relatório. Mais uma vez fica claro

que as empresas não se preocupam de utilizar as ferramentas oferecidas pela contabilidade para tomarem decisões.

A mais resumida e organizada demonstração de dados apurados pela Contabilidade é o Relatório Contábil, que expõe aos usuários da contabilidade os principais fatos registrados por aquele setor em determinado período. São distintos em obrigatórios e não obrigatórios os relatórios são conhecidos também como informes contábeis. (MARION, 2003, p. 39).

A mudança de ambiente, o aumento da competição e o mercado com consumidores mais exigentes demandando produtos de qualidade superior a menores preços impôs a empresários, administradores e gestores níveis mais elevados de eficiência e eficácia empresarial. Nesse contexto houve empresas que não conseguiram se adaptar aos novos tempos tendo constituído casos de insucesso.

Após a análise dos dados à luz do referencial teórico, apresenta-se a seguir as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho avaliamos a visão dos gestores das empresas pesquisadas, se conhecem e utilizam a DFC como ferramenta nas tomadas de decisões. Conforme as perguntas direcionadas aos gestores e fazendo a análise destas observa-se que a DFC é utilizada nas empresas de forma que esta demonstração dá segurança aos gestores sobre os negócios, mas sabendo que deve ser elaborada e utilizada conforme a Lei Nº 11.638/07 para que cause efeito determinante.

Analisando sobre as vantagens podemos observar em relação a DFC que qualquer pessoa sem conhecimento sobre o assunto poderá compreender esta demonstração, sobre as informações que a DFC irá apresentar, são informações financeiras, ou seja, qual é a importância em dinheiro que entrou ou saiu do caixa, já a DOAR a demonstração substituída apresentará informações de caráter econômico, ou seja, quais foram os recursos que a empresa originou, e onde foram aplicados. Verificamos que a DFC pelo método indireto evidencia os ajustes ao lucro líquido enquanto que pelo método direto demonstra nitidamente as informações propiciadas pela DFC, em menção às operações financeiras das organizações. Comparando-se a DFC dos dois métodos, observa-se as semelhanças entre a DFC e a DOAR em relação aos ajustes efetuados ao lucro líquido.

No novo modelo, os gestores precisam de informações que lhes dêem apoio em todas as etapas da gestão. Portanto é neste momento que torna-se importante o papel da contabilidade, como autora de informações para as tomadas de decisão de uma empresa e fornecendo os relatórios em tempo hábil e com informações que não desvia do foco principal que é de suma importância para a empresa.

E a Demonstração do fluxo de Caixa é uma das demonstrações que permite uma maior abrangência nas conclusões e conhecimento sobre a empresa, portanto é através desta demonstração que possibilita melhores análises e decisões quando à aplicação dos recursos financeiros que a empresa dispõe.

O objetivo deste trabalho foi de verificar quais são os tipos de DFC observando as vantagens e desvantagens da mesma, desta forma poder contribuir

para esta discussão, analisando o poder informativo desta demonstração e a sua utilidade no processo de tomada de decisão.

Com este trabalho buscamos demonstrar aos pesquisados a essência do ato contábil, tomando consciência de onde se está presente e aprendendo com o passado como e por que se chegou ali, especulando sobre os possíveis futuros e decidindo, hoje, onde se deseja e se pode chegar em cada um desses futuros cenários alternativos, e uma das alternativas apresentado através deste trabalho foi a Demonstração do Fluxo de Caixa, de como ele poderá estar ajudando em decisões ao seu negócio.

Considerando que as organizações estão cada vez mais dependentes do ambiente interno, os administradores devem ter como objetivos a satisfação do usuário estabelecendo metas por meio de planejamento estratégico eficiente que envolva a organização como um todo, utilizando os fatores-chave de sucesso com moral e ética, dentro de uma estrutura sustentável.

O Trabalho de Conclusão de Curso possa contribuir para a comunidade acadêmica, bem como este poderá despertar-nos mesmos a dar continuidade ao trabalho e também contribuiu para o meu próprio crescimento profissional e mostrar para as empresas objeto de estudo e outras que terão acesso a esse trabalho que a DFC é uma ferramenta de suma importância nas gestões financeiras das empresas principalmente no que tange as tomadas de decisões.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Algumas Atividades Extra-Operacionais do Fluxo de Caixa. Homepage. Petrolina-PE, 2009. Disponível em: <<http://www.facape.br>>. Acessado em 04 maio 2009, às 19:30 hs.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração de capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1997.

ATTIE, W. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991, p. 25.

BOTH, Sérgio José; *et.al* - **Metodologia da Pesquisa Científica: Teoria e Prática ou Prática à Teoria**. Tangará da Serra – MT: Sanches, 2007.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis**, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 65.

CASSARO, A C. **Sistema de Informações para a Tomada de Decisões**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian. 5ª ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2002. p. 21-75.

COELHO, Fábio Ulchôa. **Curso de Direito Comercial**. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2002. disponível em, <http://www.tede.udesc.br> , acessado em 25/06/2009.

Composição do Demonstrativo do Fluxo de Caixa. Homepage. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.projetodsd.com.br>>. Acessado em: 15 maio 2009, às 17:50 hs.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade. Brasília: CFC, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Postulados, Pilares da Contabilidade. Brasília: CFC, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009 Disponível em:<<http://www.cfc.org.br>>. acessado em: 14 de junho de 2009, 21:50 hs

Comparativa das alterações da Lei 11638/2007. Homepage. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acessado em: 06 maio 2009, às 21:32 hs.

CREPALDI , Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial – Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

CRUZ, Sóstenes. **O Fluxo de Caixa nas Demonstrações Contábeis Segundo a Lei Nº 11638/07**. Pós Graduação de Auditoria (FADEPE) 2008. Disponível

em:<http://professorsostenes.blogspot.com/2008/03/ps-graduao-de-auditoria-fadepe.html>

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese. Tradução Gilson César Cardoso de Souza.** 20 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 07-09

FRANCO, H. **Contabilidade Industrial.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 21.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do fluxo de caixa diário: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio.** São Paulo: Atlas, 1997.

HERNANDEZ PERES JUNIOR, José. **Conversão de Demonstrações Contábeis,** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 246,247,249,251,328

IUDÍCIBUS, Sergio de, **Manual de contabilidade.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. disponível em <http://www.contabeis.com.br>, acessado em 23/06/2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de, MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Comercial: Atualizado conforme o novo Código Civil.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações-FIPECAFI-Aplicável às Demais Sociedades,** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 09, 08, 66.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; **Teoria da Contabilidade.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 34-35

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 19-20.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 398.

GIL, Antonio Carlos – **Como elaborar projetos de pesquisa** – 4ª ed. São Paulo. Atlas. 2002.

GOMES, Josir Simeone. **Contabilidade para MBAs: textos e casos.** Rio de Janeiro:Campus, 2000: disponível em <http://www.congressoeac.locaweb.com.br> . acessado em 22/06/2009.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade – **Fundamentos da metodologia científica.** 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2007.

KINLAW, Dennis C. **Empresa Competitiva & Ecológica – Desempenho sustentado na era ambiental.** São Paulo:MAKRON Books,1998.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e**

interpretação de dados / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 2ª ed. São Paulo. Atlas, 1990. p.19;30

MARION. Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo: Atlas, 1998, p. 24.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis; Contabilidade Empresarial.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Empresarial,** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 63,66.

MARION, José Carlos, IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade Comercial, Atualizado Conforme o Novo Código Civil,** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003. disponível em <http://www.contabeis.com.br>, acessado em 23/06/2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Modelo Demonstração do Valor Adicionado, Resolução Conselho Federal De Contabilidade - CFC Nº 1.138 DE 21.11.2008. Homepage. São Paulo, 2009.

Disponível em :
<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc1138_2008.htm>.
Acessado em: 19 junho 2009, às 20:00 hs.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa Características, usos e possibilidades, mestrando do Curso de Pós Graduação em Administração de Empresas FEA-USP.** Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, V.1, nº 3, 2º Sem./1996.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** São Paulo: Atlas, 1996.

PORTAL DA CONTABILIDADE, Disponível em
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/> acessado em 10 de junho de 2009, às 20:05 hs

QUEJI, Livio Marcel. **Modelo de Fluxo de Caixa Prospectado para Pequenas Empresas Comerciais à Luz de seu Ciclo de Vida.** Florianópolis, 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002. disponível em <http://www.contabeis.ucb.br> acessado em 23/06/2009.

RDS Revista Digital Simonsen. Ciências Contábeis. **A Demonstração do Fluxo de Caixa como Ferramenta Útil para Tomada de Decisão.** Homepage. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.simonsen.br/rds/contabeis/artigo2.php>>
Acessado em: 20 nov. 2008, às 18:00 hs.

Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis. Artigos e Doutrinas. **Administrativo e Contabilidade. Demonstração de Fluxo de Caixa.** Homepage. Aracaju, 2008.

Disponível em:
<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=/detalhesDestques.jsp&cod=23046>> Acessado em: 29 abril, 2008, às 15:30 hs.

Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis. Artigos e Doutrinas. **As Principais Mudanças da Lei 11638/07**. Homepage. Aracaju, 2008. Disponível em:
<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=1310>> Acessado em 14 de abril, 2008. às 17:30 hs.

Revista rbc Revista Brasileira de Contabilidade. **A Demonstração do Fluxo de Caixa: um comparativo histórico e conceitual**. Revista editada pelo Conselho Federal de Contabilidade. Ano XXXVI, nº 166, julho/agosto, 2007.

RIBEIRO, JUNIOR, João. **A formação contábil**. São Paulo: Papirus, 1997, p.20,21,22,24,353.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral: fácil para cursos de contabilidade e concursos em geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 18,22,101

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 3ª ed. São Paulo: Ed.Saraiva, 2002.

SÁ, Antonio Lopes de. **Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997, p. 20.

SÁ, Carlos Alexandre de. **Gerenciamento do fluxo de caixa**. Apostila, São Paulo: Top Eventos, 1998, p. 36.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Disponível em <http://www.sebrae.com.br> acessado em 12 de junho de 2009, às 22:15 hs

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade publica das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 19.

YOSHITAKE, Mariano. e HOJI, Masakazu. **Gestão de Tesouraria: controle e análise de transações financeiras em moeda forte**. São Paulo: Atlas, 1997, p. 151,153.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**. Ed. Sagra Luzzatto, 8ª edição. 2000. disponível em <http://www.contabeis.ucb.br> acessado em 22/06/2009.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 5 ed., Porto Alegre: Sagra-Dc Luzzatto, 1992. disponível em <http://www.icbrasil.com.br> acessado em 20/06/2009.

7 APÊNDICE

APÊNDICE A**Roteiro de Entrevista**

Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena
Bacharelado em Ciências Contábeis
Trabalho de conclusão do curso de Bacharel em Ciências Contábeis – 8º Semestre
Acadêmica: Regina Castro Martins

7.1 Questionário

01- Há quanto tempo sua empresa está no mercado?

- ☐ de 1 a 3 anos
- ☐ de 3 a 5 anos
- ☐ de 5 a 7 anos
- ☐ de 7 a 10 anos
- ☐ de 10 a 13 anos
- ☐ a mais de 13 anos

02- Você considera que sua empresa cresceu e se desenvolveu neste período?

Como?

- ☐ muito pouco
- ☐ pouco
- ☐ razoável
- ☐ bom
- ☐ muito bom
- ☐ ótimo

03 – A contabilidade da empresa é realizada dentro da empresa?

- ☐ sim ☐ não.

04 - O Sr. Tem conhecimento sobre as ferramentas que a contabilidade fornece aos seus usuários?

- ☐ Sim ☐ não.

05 – A empresa possui controle financeiro?

- ☐ sim ☐ não

06 – O Sr. Tem conhecimento ou já ouviu falar sobre o que é Demonstração de Fluxo de caixa - DFC?

() sim () não

07- O Sr. Considera o fluxo de caixa importante para a tomada de decisão?

() sim () não

08-- Quais são os relatórios financeiros que esta empresa utiliza para tomar decisão?

09- Considera que a Demonstração do Fluxo de Caixa é relevante para a correta gestão financeira e contábil da empresa?

10- Como está estruturado o setor financeiro da sua empresa? Informe os departamentos e ou os cargos da organização.

11- Com qual periodicidade checa o fluxo de caixa da sua organização?

12- O senhor conhece a Lei nº 11.638/2007?

13- O seu contador já lhe informou sobre a respeito da obrigatoriedade da DFC a partir de 2010?

14- O senhor sabe o que é fluxo de caixa operacional?

15- O senhor sabe o que é fluxo de caixa extra-operacional?

16- Como é feita a captação de recursos da empresa, predominantemente?

() Próprio () Terceiros

17- Normalmente, a empresa trabalha com um capital de giro de reserva?

Obrigada pela colaboração.